



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

*A Hipótese do Contacto e a Expressão de Preconceito contra Minorias  
Étnicas em Jovens Adultos de Escolas Portuguesas*

Luísa Alexandra Gameiro Matos

Trabalho de projecto submetido como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em Psicologia Comunitária e Protecção de Menores

Orientadora:  
Doutora Maria Benedicta Monteiro, Professora Catedrática,  
ISCTE-IUL

Outubro, 2011

## **Agradecimentos**

Agradeço em primeiro lugar à, Professora Doutora Maria Benedicta Monteiro, por toda a orientação, disponibilidade e generosidade na partilha de saberes, e em especial pelas palavras de encorajamento ao longo do percurso.

À Rita Morais por se ter mostrado disponível para ajudar numa parte da análise dos dados tanto com os seus conhecimentos, como disponibilizando materiais de apoio.

Às direcções e professores das Escolas Secundárias: Leal da Câmara; Gama Barros; Stuart Carvalhais; Mães d`Água; D. Filipa de Lencastre; Dr. Azevedo Neves; Maria Lamas e Secundária de Sacavém; por toda a receptividade e disponibilidade durante o processo de aplicação dos questionários aos alunos.

Aos amigos que sempre me apoiaram ao longo da realização de todo o trabalho e em especial àqueles com quem partilhei tempos de estudo e de teses.

E por fim à minha família, pela força, por serem o porto seguro, e por compreenderem todas as ausências e indisponibilidades.

## **I. Resumo**

Atendendo à realidade multicultural do nosso país, bem como à persistência de atitudes discriminatórias contra minorias étnicas, torna-se extremamente pertinente perceber quais os factores que podem intervir na redução do preconceito étnico. Neste contexto, procurámos com o presente trabalho compreender qual o efeito do contacto inter-étnico precoce na redução do preconceito na juventude, tendo como suporte a teoria da ‘Hipótese do Contacto’ de Allport (1954). Especificamente, procurou-se perceber se o contacto com grupos étnicos minoritários em crianças, em contexto escolar, influenciava a expressão do preconceito contra minorias étnicas em idade adulta, e por que tipo de factores esta relação era moderada. Os dados foram recolhidos através da aplicação de um questionário a alunos de 12º ano de 8 escolas secundárias públicas, avaliando a frequência do seu contacto com minorias no passado bem como as suas crenças, estereótipos e atitudes inter-étnicas no presente. Os resultados encontrados mostraram a existência de uma associação positiva entre contacto e preconceito, revelando-se contraditórios em relação a estudos realizados noutros países que tinham encontrado a relação inversa entre estas duas variáveis (e.g., Pettigrew e Tropp, 2006; Wood e Sonleitner, 1996, Vezzali, Giovannin, e Capozza, 2010). No entanto, enquanto os estereótipos negativos sobre as minorias predisseram o aumento do preconceito, o contacto familiar com minorias no passado conseguiu predizer uma menor expressão do preconceito em adulto. Em estudos futuros, salientamos a importância do esclarecimento desta relação encontrada entre as múltiplas variáveis, de forma a avaliar quais os factores que impedem que o contacto inter-étnico em contexto escolar alcance resultados positivos na diminuição do preconceito no nosso país.

**Palavras-Chave:** Minorias étnicas, contacto inter-étnico, preconceito flagrante, preconceito subtil.

**PsycINFO Codes:** 2930 Culture & Ethnology;  
3020 Group & Interpersonal Processes.

## **II. Abstract**

Given the multicultural reality of our country as well as the persistence of discriminatory attitudes towards ethnic minorities, it is extremely relevant to understand which factors may be involved in reducing ethnic prejudice. In this context, this study sought to understand the effect of inter-ethnic contact in reducing prejudice, supported by the theory of 'Contact Hypothesis' of Allport (1954). Specifically, we tried to explore if contact with ethnic minority children in the school context influences the expression of prejudice against ethnic minorities in adulthood and what kind of factors moderate this relationship. Data were collected using a questionnaire assessing contact frequency beliefs, stereotypes and attitudes towards minority group members of grade 12 students from 8 public urban high schools. Results showed a positive association between early ethnic contact and present prejudice, indicating that early contact increased prejudice. These results proved to be contradictory to the studies conducted in other countries that found an inverse relationship between these two variables (Pettigrew and Tropp, 2006; Wood and Sonleitner, 1996, Vezzali, Giovannini, and Capozza, 2010). However, while holding racist stereotypes, both in childhood and as adults, also predicted more blatant prejudice, family contact in childhood with different ethnic groups could predict lower scores of blatant and subtle inter-ethnic prejudice. In future studies, the importance of clarifying the relationship among these variables must be addressed, in order to assess the factors that prevent more positive inter-ethnic contact in schools, as well as to better understand the life-course of the connection between contact and intergroup prejudice against ethnic minorities.

**Keywords** - Ethnic minorities, inter-ethnic contact, blatant prejudice, subtle prejudice.

**PsycINFO Codes:** 2930 Culture & Ethnology;

3020 Group & Interpersonal Processes

**III. Índice**

Agradecimentos.....	ii
I. Resumo.....	iii
II. Abstract.....	iv
III. Índice .....	v
IV. Índice de quadros .....	vii
V. Índice de figuras.....	viii
1 Introdução.....	1
2 Enquadramento Teórico .....	4
Preconceito Étnico.....	4
A génese do Preconceito segundo Allport.....	5
Preconceito flagrante e preconceito subtil .....	6
Redução do Preconceito – Hipótese de Contacto de Allport.....	10
O alargamento das Ideias de Allport .....	13
Um estudo retrospectivo (Wood e Sonleitner, 1996) .....	14
O contacto intergrupar em contexto escolar - Composição étnica das escolas.....	16
3 Objectivos do estudo.....	20
4 Método .....	22
Participantes .....	22
Instrumento .....	24
Procedimento .....	26
5 Resultados .....	28
Percepção de Contacto Inter-Étnico no Passado .....	28
Valores Institucionais de Igualdade .....	29
Adesão a estereótipos negativos sobre minorias na Infância.....	30
Estereótipos Negativos Sobre Minorias em Adulto .....	30

Preconceito Contra Minorias Étnicas – Flagrante e Subtil.....	31
Correlações Entre as Variáveis em Estudo (Teste do modelo de investigação) .....	34
6 Discussão.....	39
7 Conclusões - Direcções para futuras investigações .....	42
8 Referências .....	44
9 Anexos .....	47
Anexo 1 - Questionário.....	48
Anexo 2 – Pedido de colaboração às escolas.....	51
Anexo 3 – Pedido de Autorização aos encarregados de educação.....	53
Anexo 4 – Descrição sócio-demográfica da amostra .....	54
Anexo 5 – Amizades com minorias na infância em função do sexo e do nível de escolaridade da mãe .....	56
Anexo 6 - Contacto com minorias na família em função do sexo e do nível de contacto com minorias.....	57
Anexo 7 – Valores institucionais de igualdade em função das variáveis sexo do participante, escolaridade da mãe e contacto com minorias na escola.....	58
Anexo 8 – Adesão a estereótipos na infância em função do nível de escolaridade da mãe e nível de contacto com minorias na escola. ....	59
Anexo 9 – Adesão a estereótipos em adulto em função do sexo do participante e nível de contacto com minorias na escola. ....	60
Anexo 10 – Matriz de correlações entre as variáveis.....	61

#### **IV. Índice de quadros**

Quadro 1 – Distribuição dos participantes por nível de escolaridade da mãe .....	22
Quadro 2- Distribuição dos participantes em função do nível de contacto com minorias étnicas em escolas na infância e adolescência .....	23
Quadro 5 - Adesão a Estereótipos na Infância em função do Sexo do participante .....	30
Quadro 6 - Adesão a estereótipos em adulto em função do nível de escolaridade da mãe .....	31
Quadro 7 - Estrutura Factorial dos Indicadores referentes ao Preconceito .....	32
Quadro 8 – Parâmetros estimados para o efeito do contacto na expressão de preconceito flagrante, moderado pela adesão a estereótipos na infância, adesão a estereótipos em adulto e contacto com minorias na família .....	36
Quadro 9- Cálculo de regressão das variáveis correlacionadas com o preconceito subtil .....	38

**V. Índice de figuras**

Figura 1- Modelo de Investigação .....	25
Figura 2- Expressão de Preconceito Flagrante e Subtil em função do sexo .....	33
Figura 3 – Expressão de Preconceito Flagrante e Subtil em função do nível de escolaridade da mãe .....	34
Figura 4 - Linha de regressão que representa a relação entre o contacto com minorias na infância na escola e a expressão de preconceito flagrante.....	37
Figura 5 - Modelo explicativo do estudo .....	38

## 1 Introdução

Em 1988 Aboud afirmou que, após um período de grande consciencialização e sensibilização relativamente à discriminação racial e étnica, visível em diversas manifestações de opinião contra episódios históricos como o Nazismo ou o *Apartheid*, o preconceito étnico ia crescendo lentamente de novo em muitos países do mundo (Aboud, 1988).

Nos E.U., um estudo conduzido pela revista Time (1987) mostrou que 92% de negros e 87 % de brancos concordavam com a afirmação de que o preconceito racial era ainda muito usual no país (Aboud, 1988).

Na Europa a situação não é diferente e os comportamentos e acções discriminatórias contra minorias étnicas e raciais têm vindo a acentuar-se e a ganhar visibilidade, tanto em países com longa tradição na recepção de imigrantes, como a França, a Alemanha, a Holanda ou a Inglaterra, como naqueles que só mais recentemente convivem com esta realidade, como a Espanha, Itália ou Portugal (Vala, Brito e Lopes, 1999).

Dados do Eurobarómetro nº 47.1 de 1997 mostram que, apesar da maioria dos Europeus (70%) reconhecer aos imigrantes legalizados direitos cívicos iguais aos dos nacionais, adopta posições contraditórias quando questionada sobre algumas questões específicas; e grande parte considera que as minorias (de outra etnia, religião ou cultura), abusam do sistema de segurança social (59%), contribuem para aumentar o desemprego (63%), ou são uma das causas de insegurança (45%). Em países como Portugal, Irlanda, Bélgica, Áustria, Alemanha, Luxemburgo e Reino-Unido, uma percentagem de população igual ou superior a 70% concordava com a afirmação que dizia que todos os imigrantes ilegais, sem excepção, deveriam ser enviados para os seus países de origem (Vala, Brito e Lopes, 1999).

Mais recentemente, segundo dados do Eurobarómetro de 2009, 61% dos Europeus afirma que a discriminação por motivos de origem étnica é o tipo de discriminação mais difundido na Europa (Comissão Europeia, 2009).

No campo laboral, por exemplo, a cor da pele e a origem étnica foram apontadas por 38% dos inquiridos como podendo ser um factor de desvantagem no processo de candidatura a um emprego, aparecendo em terceiro lugar na lista desses factores, apenas precedido pela apresentação e a idade. Apesar disso, no que diz respeito à concordância com a adopção de

medidas específicas para proporcionar igualdade de oportunidades no domínio do emprego, independentemente da origem étnica, 69% dos inquiridos respondeu que era a favor de tais medidas enquanto 23% afirmou opor-se às mesmas (Comissão Europeia, 2009).

Quanto às experiências de discriminação por motivos de origem étnica, verifica-se uma grande discrepância entre as experiências testemunhadas e as vividas pessoalmente. Em 2009, 14% dos inquiridos afirmou que nos 12 meses anteriores tinha sido testemunha de, pelo menos, uma situação de discriminação de alguém devido à sua origem étnica, enquanto apenas 2% referiu ter sido ele próprio vítima de discriminação por esse motivo. No entanto, esta última percentagem aumenta para 25% quando consideramos apenas o grupo de indivíduos que afirma pertencer a uma minoria étnica. Este dado revela uma grande ligação entre o sentir-se parte de uma minoria e as experiências de discriminação (Comissão Europeia, 2009).

No que se refere às atitudes perante as minorias étnicas, quando questionados sobre o quão confortáveis se sentiriam por terem alguém de uma origem étnica diferente da maioria da população a ocupar um lugar político de destaque, numa escala de 0 a 10, do menos confortável para o mais confortável, a média de respostas situou-se em 6.2, revelando que o sentimento de igualdade ainda está longe de ser uma realidade para todos os Europeus (Comissão Europeia, 2009).

Considerando os dados apresentados, e a crescente mobilidade de grupos humanos que tem contribuído para a emergência de sociedades multiculturais, importa perceber de que forma a psicologia tem atendido a estas problemáticas.

Em Portugal os fluxos migratórios dos PALOP entre os finais da década de 70 e 90, e mais recentemente, entre 2000-2001, do Brasil e Leste Europeu, vieram mudar o panorama nas escolas. Com o aumento da população escolar imigrante nos últimos 20 anos, cresceu também o interesse por estas questões por parte dos investigadores (Baganha, Marques & Gois 2004, Peixoto 2007, citados por Rodrigues, Monteiro e Rutland, 2010).

Carvalho, Mouro, António e Monteiro (2002) referem que a imigração criou, não só a necessidade de compreender a importância deste fenómeno no desenvolvimento de novas formas de interacção e de estruturação social, mas também a necessidade de criação de uma área de investigação, que tem como objectivo a compreensão do desenvolvimento das relações inter-étnicas em contexto escolar, para assim criar estratégias de intervenção educacional.

A questão mais importante que se coloca neste domínio é se a intervenção na área educativa pode ter uma relação com os processos de discriminação das minorias migrantes e,

nesse caso, de que forma esse investimento pode ser feito com o objectivo de diminuir precocemente o preconceito inter-étnico nas sociedades actuais.

Neste domínio, estudos desenvolvidos recentemente em Portugal vêm provar que o preconceito das crianças nacionais em relação às de minorias de origem migrante não diminui com a idade, como a teoria cognitivo-desenvolvimentista (Aboud, 1988) prevê, mas torna-se mais subtil devido à internalização da norma anti-racista, continuando a manifestar-se em contextos em que a norma não está saliente, ou em que podem entrar em acção formas de controlo social. Tendo por base estes dados, os autores do estudo referem a importância de um investimento na educação, nomeadamente na criação de contextos educativos mais normativos no domínio dos direitos humanos, com o objectivo de diminuir o preconceito inter-grupal (Monteiro, França e Rodrigues, 2009).

Deste modo, torna-se pertinente compreender quais os factores que podem contribuir para a diminuição do preconceito inter-grupal e consequentemente para o desenvolvimento de atitudes inter-étnicas baseadas no respeito e nos direitos de todos.

Entre estes factores sobressai na literatura o contacto intergrupal (Allport, 1954), mas também a insuficiência da demonstração da relação entre o contacto e a expressão do preconceito (Pettigrew, 2008).

O presente estudo insere-se nesta linha de investigação, na medida em que visa compreender de que forma o contacto com grupos minoritários na infância e na adolescência, especialmente em contexto escolar, influencia o desenvolvimento do preconceito inter-grupal e a sua expressão na idade adulta. No entanto, apresenta um carácter inovador em relação a outros estudos já realizados em Portugal, pois não se centra apenas no desenvolvimento do preconceito nos jovens, mas procura testar a “Hipótese do contacto” (Allport, 1954), relacionando longitudinalmente as crenças e as vivências da infância e da adolescência no campo das relações inter-étnicas, com a expressão do preconceito em jovens-adultos.

## **2 Enquadramento Teórico**

### **Preconceito Étnico**

O conceito de preconceito étnico tem sido objecto de estudo por vários autores.

Allport foi o pioneiro nesta área e, segundo o autor, o preconceito não tem que ser necessariamente negativo, podendo também assumir contornos positivos. Por exemplo, as pessoas podem ser preconceituosas em favor dos outros (e.g., quando pensam bem de alguém sem que tenham fundamento para tal, só porque ela está incluída numa categoria de pessoas). Desta forma, Allport (1954), define preconceito como “um sentimento favorável ou desfavorável para com uma determinada pessoa, estabelecido *a priori* ou não, baseado na experiência actual.” (p. 6)

Tajfel (1982), na mesma linha de pensamento, define o conceito como “um pré-julgamento ou pré-conceito, elaborado antes de ser recolhida ou examinada informação relevante e, portanto, baseado em evidência inadequada ou mesmo imaginária.”p. 147 vol. 1.

Este autor salienta ainda que o preconceito engloba uma componente afectiva e uma componente comportamental. Afectiva, na medida em que implica uma atitude a favor ou contra a atribuição de um valor positivo ou negativo, e comportamental, porque tendencialmente esses juízos e sentimentos vividos são traduzidos em acção, levando-nos a comportarmo-nos em consonância com a nossa aceitação ou rejeição dos outros. (Tajfel, 1982, vol. 1)

Outros autores abordam o conceito apenas na perspectiva negativa. Aboud (1988), por exemplo, define preconceito como uma predisposição organizada para julgar de forma desfavorável ou negativa as pessoas de um grupo étnico, devido exactamente à sua filiação étnica e não às características pessoais de cada indivíduo.

Allport (1954), também reconhece este lado negativo e afirma que, apesar do conceito de preconceito, no geral, poder englobar posições favoráveis e desfavoráveis, como foi referido anteriormente, importa não esquecer que quando falamos em preconceito étnico, este é maioritariamente negativo. Assim, para o autor, o preconceito étnico caracteriza-se por uma hostilidade ou aversão relativamente a uma pessoa apenas devido à sua pertença a um exogrupo, presumindo-se que o indivíduo tem as mesmas características que são genericamente atribuídas ao grupo a que pertence. Perante esta definição, o autor considera que o preconceito étnico não se refere a indivíduos em particular, mas assume sobretudo um

carácter colectivo ou grupal, uma vez que generaliza determinadas características a um grupo no seu todo.

De acordo com Allport (1954), nem todas as ideias negativas e atitudes de rejeição perante determinado grupo podem ser consideradas preconceito. Não podemos considerar preconceito uma ideia fundamentada e baseada em factos. Para ilustrar este facto, o autor refere o exemplo da hostilidade demonstrada pela maioria dos Americanos em relação aos líderes Nazís durante a segunda guerra mundial. Esta hostilidade não pode ser considerada preconceito, na medida em que existiam demasiadas evidências das políticas e práticas terríveis adoptadas por aquele partido contra os direitos humanos. Do mesmo modo, também não podemos considerar preconceito uma ideia preconcebida erroneamente sobre determinado grupo, quando essa ideia é posteriormente corrigida tendo em conta novos conhecimentos adquiridos, uma vez que o preconceito é irreversível, mesmo perante novos conhecimentos.

Tendo em conta todas estas variações, Allport (1954) sugere uma definição final para o preconceito étnico:

‘Ethnic prejudice is an antipathy based upon a faulty and inflexible generalization. It may be felt or expressed. It may be directed toward a group as a whole or toward an individual because he is a member of that group’. (p. 9)

### **A génese do Preconceito segundo Allport**

Segundo Allport (1954), a facilidade com que o ser humano desliza para o preconceito deve-se a dois factores – a categorização e a hostilidade errónea- capacidades naturais e comuns do pensamento humano.

O processo de categorização /generalização é responsável pelo pensamento, sendo através dele que o cérebro humano organiza o conhecimento e as suas acções no quotidiano. No entanto, são também as categorias que este processo gera que “constituem a base do *pré-conceito normal*” (Monteiro, 2006, p. 413).

Allport (1954) atribui cinco características a este processo de categorização: a possibilidade de formar classes ou categorias dentro das quais podemos integrar as vivências diárias de forma estruturada e organizada; a possibilidade de agir de acordo com a informação disponível em determinada categoria e comum a tudo o que se insere nessa classe, facilitando assim a orientação da nossa acção; a possibilidade de rapidamente identificarmos um objecto ou situação relatada estabelecendo relações entre categorias; a possibilidade de associar

sentimentos ou emoções a cada categoria; o facto de existirem umas categorias mais racionais que outras. As primeiras baseadas em conhecimentos específicos ou experiências relevantes e as segundas mais irracionais, não baseadas em evidências mas sim em sentimentos e emoções.

O autor considera então que, por causa desta forma de processamento da informação, que categoriza os indivíduos em grupos diferentes, o ser humano tem uma predisposição natural para o desenvolvimento do preconceito, ou seja, para perceber como mais semelhante o que pertence à mesma categoria e perceber como mais diferente o que pertence a categorias diferentes, assumindo o sistema de valores em que o indivíduo foi socializado um papel primordial neste processo (Allport, 1954). Deste modo, de acordo com Allport (1954), o preconceito negativo é o reflexo do nosso próprio sistema de valores.

No que se refere à *hostilidade*, o autor insere-a nas *capacidades reactivas aprendidas*, apontando diferentes níveis de expressão do preconceito através da hostilidade, que vão desde a verbalização negativa, passando pelo evitamento, discriminação, ataque físico e terminam na exterminação, que será a forma mais extrema de expressão do preconceito (Allport, 1954).

### **Preconceito flagrante e preconceito subtil**

Segundo Meertens e Pettigrew (1997), após a segunda guerra mundial foi-se desenvolvendo nas sociedades ocidentais uma norma anti-racista, ou seja, as crenças e atitudes racistas passaram a ser condenadas socialmente.

A criação da ONU (Organização das Nações Unidas) em 1945, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Declaração das Raças da UNESCO (1950), foram medidas de âmbito universal que tiveram como objectivo promover a igualdade entre todos os povos, prevenir novos conflitos entre as nações Ocidentais e evitar as suas consequências de exterminação de grupos sociais como haviam decorrido na primeira metade do século XX com as duas grandes guerras mundiais. No entanto, estes acontecimentos não só não foram capazes de acabar com as formas tradicionais de preconceito e discriminação de minorias, como contribuíram ainda para a proliferação de uma nova forma de preconceito capaz de contornar a pressão da norma existente nas sociedades actuais.

Ao contrário do racismo tradicional ou flagrante (tal como foi caracterizado por Allport em 1954), que pode ser descrito como próximo e directo, esta nova forma de racismo, denominada ‘racismo subtil’ e descrita de forma semelhante na França, Alemanha, Reino

Unido, Holanda e América do Norte por diferentes autores (e. g., Barker, 1984; Bergmann e Erb, 1986; Essed, 1984; Freriks, 1990; Gaertner & Dovidio, 1986; McConahay 1983; Pettigrew, 1989; Pettigrew e Meertens, 1995; Sears, 1988, citado por Meertens e Pettigrew, 1997), pode ser caracterizada como mais distante e indirecta do que o racismo flagrante, mas não menos gravosa nas suas consequências intergrupais (Meertens e Pettigrew, 1997).

O preconceito flagrante foi definido como uma rejeição expressa do exogrupo, associada a *valores tradicionais* e a *sentimentos de ameaça*, que se manifesta tanto nas relações formais como de intimidade, enquanto o preconceito subtil foi definido como a crença na importância das *diferenças culturais* para a relação entre os grupos e a *rejeição de proximidade* expressa pela *negação de emoções positivas* em relação aos membros de minorias (Meertens e Pettigrew, 1995).

O estudo de Pettigrew e Meertens (1995) procurou provar a utilidade de uma diferenciação conceptual entre racismo flagrante e racismo subtil como duas dimensões distintas de um mesmo fenómeno social.

Utilizando dados recolhidos no âmbito do Eurobarómetro (1988), junto de 3806 inquiridos da França, Holanda, Reino Unido e antiga Alemanha Ocidental, Meertens e Pettigrew, (1997) procuraram avaliar o preconceito em relação a vários grupos minoritários e estabeleceram as seguintes hipóteses de estudo:

- 1) o preconceito subtil contra o exogrupo pode ser medido com fiabilidade e separadamente das formas de preconceito mais tradicionais do preconceito flagrante;
- 2) o preconceito subtil estará claramente relacionado com o preconceito flagrante, mas será facilmente distinguido do conservadorismo político;
- 3) o preconceito subtil é uma consequência do estabelecimento de normas que condenam expressões flagrantes de preconceito e discriminação (Meertens e Pettigrew, 1997, p. 54, 55).

Para a medição dos racismos flagrante e subtil nos inquiridos, os autores utilizaram uma escala de Likert com dez itens. As opções de resposta a cada item consistiam numa escala de 1 (forte discordância) a 5 (forte concordância), da qual foi retirado o ponto médio (3). Quanto mais alto era o valor de resposta, maior era a discriminação contra os alvos minoritários (Meertens e Pettigrew, 1997). Do conjunto dos 50 itens aplicados nas sondagens, foram seleccionados 10 para avaliar cada tipo de preconceito. Esta escolha foi baseada, não só em conceptualizações previamente definidas pelos autores, mas também em análises factoriais exploratórias (Meertens e Pettigrew, 1997).

Para a conceptualização de preconceito subtil, os autores, centraram-se em resultados obtidos em estudos anteriores descritos por Crosby, Bromley e Saxe (1980, citado por

Meertens e Pettigrew, 1997) e Gaertner e Dovidio (1986, citado por Meertens e Pettigrew, 1997). No seu conjunto, foram criadas três sub-escalas: a sub-escala de *defesa dos valores tradicionais* (para avaliar o preconceito flagrante), e as sub-escalas de *diferenças culturais e de negação de emoções positivas* (para avaliar o preconceito subtil). A sub-escala de *diferenças culturais* teve como base os resultados de um estudo desenvolvido por Rokeach (1960, citado por Meertens e Pettigrew, 1997), que mostraram que a percepção de diferenças culturais relativamente a outro grupo traduz uma forma de preconceito; e a sub-escala de *negação de emoções positivas*<sup>1</sup>, que é resultado da combinação de resultados obtidos em vários estudos. Mais especificamente, Dovidio, Mann e Gaertner (1989, citado por Meertens e Pettigrew, 1997) mostraram que os participantes avaliaram mais positivamente o endogrupo do que o exogrupo.

Deste modo, os itens que medem o preconceito subtil são expressões de racismo socialmente aceitáveis, que além de não violarem a norma anti-racista, são facilmente confundidas com ideias anti-racismo. Como afirmam Meertens e Pettigrew (1997), “The critical distinction between blatant and subtle forms of prejudice involves the difference between overt expression of norm-breaking views against minorities and the covert expression of socially acceptable anti-minority views “. (P. 57).

Para a realização da investigação, os autores utilizaram sete variáveis independentes: o conservadorismo político; as amizades intergrupais; a privação relativa intergrupar; o interesse pela política; o orgulho nacional; a escolaridade e a idade dos inquiridos. As variáveis dependentes relacionavam-se com preferências por distintas políticas de imigração e direitos dos imigrantes (Meertens e Pettigrew, 1997).

A análise factorial das respostas dos inquiridos revelou a existência de dois factores, correspondentes às duas formas de preconceito (flagrante e subtil) previstas pelos autores (Meertens e Pettigrew, 1997). Os resultados obtidos demonstraram a fiabilidade das escalas, tanto de preconceito flagrante como de preconceito subtil, permitiram concluir que as duas formas de preconceito estão relacionadas entre si, e que os valores mais elevados em ambos estão relacionados com níveis de escolaridade mais baixos, com uma idade mais elevada, com um menor número de amizades com elementos do exogrupo, com mais sentimentos de privação relativa intergrupar, com maior desinteresse em relação a assuntos políticos e com um maior orgulho nacional.

---

<sup>1</sup> Designação dada ao factor, em língua portuguesa (Vala, Brito & Lopes, 1999., p. 41), do inglês “ Affective Prejudice subscale”

Através do agrupamento dos participantes em três categorias: ‘flagrantes’ (participantes com padrões de resposta elevados em ambas as escalas de preconceito); ‘subtis’ (participantes com padrões de resposta reduzidos no constructo de preconceito flagrante mas elevados no constructo preconceito subtil) e ‘igualitários’ (participantes com padrões de resposta baixos em ambos os constructos), os autores concluíram que somente os ‘igualitários’ defendem o alargamento dos direitos dos imigrantes, enquanto os flagrantes defendem a diminuição desses direitos e os subtis defendem que tudo deve continuar como está. Da mesma forma, os igualitários são os únicos que defendem um processo de naturalização dos imigrantes mais simplificado. E enquanto, por exemplo, os flagrantes são a favor de políticas severas de exclusão de imigrantes, os subtis também excluem, mas defendem métodos mais camuflados e aparentemente não discriminatórios (Meertens e Pettigrew, 1997).

Distinguir formas de racismo flagrante de formas de racismo subtil resume-se, assim, à diferença de posições perante as normas sociais que condenam crenças e comportamentos preconceituosos ou racistas. Deste modo, temos os indivíduos que rejeitam a norma e o expressam abertamente (racismo flagrante), os indivíduos que aceitam a norma e agem em conformidade com a mesma, mas no entanto exprimem posições anti-minorias que não violam a norma, ou seja, socialmente aceitáveis (racismo subtil), e por fim, os indivíduos que, por terem internalizado a norma, não a respeitam apenas para serem socialmente aceites, mas sim porque essa norma vai ao encontro do seu próprio sistema de valores - rejeitam todas as formas de racismo tanto as mais flagrantes como as subtis (igualitarismo) (Meertens & Pettigrew, 1999;Vala e col., 1999).

No que diz respeito à validade e aceitação do modelo apresentado por Meertens e Pettigrew (1997), apesar das críticas tecidas por alguns autores (e.g., Coenders, Scheepers, Sniderman e Verberk, 2001), foram realizadas várias replicações do seu modelo com novas amostras em países como a Itália, Alemanha, Bélgica, Noruega, Portugal, Espanha e Estados Unidos que, além de corroborarem a análise realizada pelos autores, demonstraram também a utilidade de ambas as escalas de medida e da distinção conceptual entre preconceito flagrante e preconceito subtil (Pettigrew e Meertens, 2001).

O estudo desenvolvido em Portugal por Vala, Brito e Lopes (1999), utilizando o modelo de Pettigrew e Meertens (1995), concluiu que, no nosso país, as crenças racistas organizam-se de forma semelhante à de outros países europeus, contrariamente ao que seria de esperar, na opinião dos autores, pela nossa história de maior proximidade e miscigenação com alguns povos africanos ex-coloniais, e que a correlação entre as escalas de racismo

flagrante e subtil, também à semelhança do resultado encontrado por Meertens e Pettigrew (1997), era bastante elevado.

### **Redução do Preconceito – Hipótese de Contacto de Allport**

A questão do contacto entre grupos como forma de redução do preconceito inter-grupal, começou a ser abordada por investigadores em ciências sociais, logo após a Segunda Guerra Mundial (Watson 1947, Williams 1947 citados por Pettigrew, 1998).

No entanto, foi a “Hipótese de contacto”, proposta por Allport (1954), que mereceu maior destaque, influenciando toda a investigação subsequente nesta área (Pettigrew, 1998).

Segundo Brewer e Gaertner (2001, citado por Rutland, Cameron, Bennett e Ferrell, 2005), a hipótese de contacto assenta na seguinte ideia: tendo em conta que o processo de categorização e a hostilidade intergrupal socialmente aprendida estão na origem do preconceito social, levando o ser humano a rejeitar aquilo que desconhece, e que a discriminação é uma consequência da falta de contacto com outros grupos, o contacto entre grupos, ao proporcionar experiências positivas, acentua a percepção de semelhança entre os membros de grupos diferentes e a percepção de semelhança gera, por sua vez, a atracção entre eles (Byrne, 1969), o que conduz à desconstrução de estereótipos negativos resultando na mudança de comportamentos e atitudes para com esse grupo.

Allport (1954) define estereótipo como uma crença exagerada dirigida a um determinado grupo, e que de alguma forma serve para justificar as atitudes para com esse grupo. O autor alerta para o facto de o contacto superficial entre membros de grupos diferentes nem sempre levar a resultados positivos e poder mesmo reforçar os estereótipos. Mais contacto não é necessariamente sinónimo de menos preconceito. Para Allport (1954), os resultados positivos do contacto dependem de determinadas condições em que o contacto ocorre:

‘Prejudice (...) may be reduced by equal status contact between majority and minority groups in the pursuit of common goals. The effect is greatly enhanced if this contact is sanctioned by institutional supports (i.e., by law, custom or local atmosphere), and provided it is of a sort that leads to the perception of common interests and common humanity between members of the two groups’ (p. 281).

Assim, a versão inicial da *hipótese do contacto* incluía quatro factores: a igualdade de estatuto dos grupos; a definição de objectivos comuns; o apoio institucional normativo a valores anti-preconceituosos; e a percepção de semelhança entre dois grupos (Allport, 1954).

A hipótese formulada por Allport baseou-se em resultados de estudos anteriores, que mostraram resultados negativos na expressão do preconceito quando todas as quatro situações de contacto foram violadas (e. g., Sims & Patrick, 1936, citado por Pettigrew, 1998) ou que, ao investigar situações ideais de contacto, detectaram resultados positivos como, por exemplo, um estudo realizado após a dessegregação racial da marinha mercante norte-americana em 1948 (Brophy, 1946, citado por Pettigrew, 1998), um estudo realizado com polícias brancos de Filadélfia (Kephart, 1957, citado por Pettigrew, 1998) e outro sobre projectos de dessegregação racial na área da habitação, em Nova Iorque (Deutsch & Collins, 1951, citado por Pettigrew, 1998).

Após a sua formulação, a hipótese do contacto intergrupar foi alvo de inúmeros estudos que permitiram, não só acrescentar conhecimento e alargar as ideias iniciais de Allport, mas também validar a sua aplicabilidade na redução efectiva do preconceito.

Aplicada a uma grande variedade de grupos, situações e sociedades, assim como através de múltiplas metodologias, a teoria do contacto tem, não só abrangido diversas disciplinas, como também assumido extrema importância em domínios sociais, tendo tido grande influência em questões tão polémicas como a segregação racial nas escolas nos Estados Unidos (Pettigrew, 1971, citado por Pettigrew e Tropp, 2006).

No entanto, apesar de grande parte dos estudos realizados na segunda metade do século XX terem mostrado que, de uma forma geral, o contacto reduz o preconceito intergrupar, muitos outros chegaram a conclusões mais controversas (Pettigrew e Tropp, 2006). E a potencialidade da *hipótese do contacto* como forma de redução do preconceito foi posta em causa por alguns autores (e. g., Ford, 1986, citado por Pettigrew e Tropp, 2006).

Através de uma meta-análise sobre a teoria do contacto intergrupar baseada em grande parte da investigação efectuada durante a segunda metade século XX em torno deste tema, Pettigrew e Tropp (2006) procuraram avaliar exactamente o efeito global do contacto intergrupar no preconceito e qual a importância das quatro condições de contacto propostas por Allport (1954) neste processo.

Os resultados obtidos, não só indicaram a existência de uma relação negativa clara entre o contacto entre grupos e a redução do preconceito intergrupar (uma vez que um maior contacto intergrupar estava significativamente associado a menores níveis de preconceito), mas também que esta relação entre contacto e preconceito não é um resultado directo de

qualquer enviesamento na selecção dos participantes - problema apontado na literatura como uma das maiores limitações da investigação sobre a hipótese do contacto <sup>2</sup>(ver Pettigrew, 1998) - uma vez que as investigações nas quais não foi dado o poder de escolha aos participantes para evitar o contacto obtiveram uma média ligeiramente maior do tamanho do efeito do contacto na redução do preconceito do que os estudos que permitiram a escolha (Pettigrew e Tropp, 2006).

Foi também possível concluir (embora de forma provisória) que a generalização dos efeitos do contacto parece ser muito maior do que muitos autores têm afirmado: Não só as atitudes para com os participantes da situação imediata de contacto se tornariam mais favoráveis, mas estas atitudes estender-se-iam também a outros membros do exogrupo, a membros do exogrupo noutras situações, e mesmo a exogrupos não envolvidos na situação de contacto inicial (Pettigrew e Tropp, 2006).

A meta-análise mostrou ainda que os efeitos positivos do contacto na redução do preconceito se estendiam a uma grande variedade de grupos, regiões geográficas e configurações de contacto, justificando assim a extensão da teoria do contacto intergrupar, que inicialmente se tinha focado nos grupos raciais e étnicos, a uma grande variedade de contextos intergrupais (Pettigrew e Tropp, 2006).

Quanto ao papel das condições de contacto propostas por Allport (1954) na redução do preconceito, segundo Pettigrew e Tropp (2006), de uma forma geral, os estudos mostraram que, quando o contacto ocorre nas quatro condições propostas por aquele autor, geralmente produz efeitos positivos. No entanto revelam também que ocorrem efeitos positivos, mesmo quando na situação de contacto não estão presentes todas as condições. Deste modo, concluem os autores, estas quatro condições de contacto podem ser vistas como facilitadoras, mas não como essenciais no processo de obtenção de resultados positivos na redução do preconceito. Por outro lado, uma análise mais detalhada destas condições de contacto permite concluir que nenhuma delas consegue alcançar efeitos positivos sem que as outras estejam

---

<sup>2</sup> Um dos maiores problemas atribuídos à investigação sobre a hipótese do contacto relaciona-se com um certo enviesamento na selecção dos participantes, factor que pode limitar a interpretação dos resultados de muitos estudos transversais (Pettigrew, 1998; Wood e Sonleitner, 1998; Pettigrew, 2006; Pettigrew, 2008, Vezzali, Giovannini e Capozza, 2010), na medida em que existe a possibilidade de as pessoas com preconceito tendencialmente evitarem o contacto com outros grupos (Pettigrew, 1998) e as pessoas igualitárias procurarem esse contacto. De acordo com esta ideia, os indivíduos que estariam em situação de contacto inter-étnico teriam *a priori* níveis reduzidos ou mesmo ausência de preconceito. Assim, em vez do contacto ideal reduzir o preconceito, poderia estar a acontecer a sequência causal oposta.

também presentes na situação de contacto. Tendo em conta este facto, os autores vão ao encontro dos pressupostos originais de Allport, afirmando que as condições óptimas de contacto como forma de facilitar resultados intergrupais positivos, funcionam melhor em conjunto do que como factores isolados (Pettigrew e Tropp, 2006).

### **O alargamento das Ideias de Allport**

Tal como Pettigrew (1998) referiu, a *hipótese do contacto* original, tem poucas referências aos processos pelos quais o contacto muda as atitudes e comportamentos, prevendo apenas em que condições esse contacto conduzirá à mudança positiva.

Assim, as investigações realizadas mais recentemente têm-se centrado sobretudo na compreensão de *quando* (*variáveis moderadoras*) e *como* (*variáveis mediadoras*) é que o contacto pode efectivamente promover resultados mais positivos, contribuindo deste modo para completar as ideias de Allport a este nível.

Procurando avaliar o efeito dos mediadores cognitivos e afectivos na relação entre contacto-preconceito, Pettigrew e Tropp (2008), efectuaram uma meta-análise sobre os três mediadores teoricamente intervenientes no processo de mudança de atitudes intergrupais pelo contacto: (1) o aumento do conhecimento do exogrupo; (2) a redução da ansiedade relacionada com o contacto intergrupais e (3) o aumento da empatia e da capacidade de adoptar a perspectiva do outro. Os autores concluíram que os três aspectos tinham realmente efeitos de mediação, mas que o factor relacionado com o aumento de conhecimento do exogrupo era o que apresentava um efeito mais fraco, ou seja, os factores afectivos (redução da ansiedade e empatia), tinham efeitos mediadores muito mais forte do que o factor mais cognitivo (conhecimento do exogrupo).

Estudos longitudinais mais recentes corroboraram as conclusões da meta-análise de Pettigrew e Tropp (2008), permitindo concluir que a diminuição da ansiedade e o aumento da empatia para com o exogrupo facilitam a melhoria das atitudes intergrupais e estereótipos, provando ainda o papel mediador da ansiedade intergrupais e da empatia nos efeitos longitudinais do contacto (Vezzali, Giovannin e Capozza, 2010).

### **Um estudo retrospectivo (Wood e Sonleitner, 1996)**

De entre as investigações realizadas sobre o efeito do contacto intergrupar na linha da ‘Hipótese do contacto’, destacamos um estudo de metodologia retrospectiva, desenvolvido por Wood e Sonleitner, em 1996, nos Estados Unidos que, à semelhança do que propomos com este trabalho, teve como objectivo analisar o efeito do contacto inter-racial na infância e adolescência na expressão de preconceito na idade adulta, centrando-se no preconceito dos Brancos contra os Negros (Wood e Sonleitner, 1996).

Inserido numa linha de investigação que procurava provar a necessidade de adopção de medidas eficazes na promoção de tolerância e igualdade entre raças nos Estados Unidos, o trabalho de Wood e Sonleitner (1996) visou especificamente estudar o impacto da dessegregação racial nas escolas e nos bairros no preconceito racial, procurando clarificar se essa dessegregação tinha um efeito mensurável, a curto e a longo prazo, no preconceito racial da maioria Branca (generalização do efeito do contacto ao longo do tempo) (Wood e Sonleitner 1996).

Este estudo apresentou uma inovação relativamente a trabalhos anteriores, pois além de adoptar uma metodologia longitudinal que permitisse estimar os efeitos do contacto a longo prazo (generalização do efeito do contacto ao longo do tempo), procurou também contornar um dos problemas mais criticados na literatura neste tipo de investigações - a questão do enviesamento na selecção dos participantes -, na medida em que, ao optar pela medida do contacto inter-racial na infância, em contextos como a escola e o bairro, garantiu uma certa aleatoriedade dos participantes nesse contacto. O estudo foi efectuado na cidade Norte Americana de Oklahoma, onde começaram a ser implantadas políticas de dessegregação racial nos anos 60 e 70, a uma amostra de 389 participantes com 18 anos ou mais, aos quais foi aplicado um questionário no contexto de entrevistas individuais face-a-face.

Como hipótese de estudo, os autores fixaram a ideia de que, se os indivíduos da maioria tivessem estado em contacto com os da minoria Negra na infância, em condições de igualdade de estatutos, de forma não-competitiva e num ambiente que defendesse o valor da igualdade, deveria ocorrer uma destruição de estereótipos negativos prévios e o preconceito contra a minoria seria reduzido de forma sustentada .

No desenho do estudo, o preconceito contra os Negros constituiu a variável dependente e o contacto interracial no passado e a adesão a estereótipos as variáveis predictoras (independentes); o sexo, a idade, o nível de habilitações, o “prestígio ocupacional”

e o rendimento familiar constituíram as variáveis de controlo. A adesão a estereótipos foi incluída, como variável preditora e como variável mediadora da relação entre o contacto e o preconceito.

O ‘contacto no passado’ foi avaliado através de uma escala com três itens sobre o contacto na infância e adolescência em contextos como a escola, o bairro, a igreja ou outro tipo de organização (ex: Alguma vez viveste num bairro habitado também por Negros?). A avaliação da ‘adesão a estereótipos’ foi medida através das respostas a quatro itens que reflectiam o grau de concordância com estereótipos populares contra os negros (ex: Os Negros estão mais envolvidos em actividades criminosas do que os Brancos). A variável dependente – ‘preconceito tradicional contra os Negros’ – foi medida através das respostas numa escala de Likert a quatro questões que reflectiam a crença na distância social entre raças (ex: Deve haver leis contra o casamento entre Brancos e Negros).

Uma análise de correlações permitiu concluir que o contacto está relacionado, tanto com o preconceito contra os Negros como com a adesão a estereótipos. Mas a adesão a estereótipos foi mais influenciada pelo contacto no passado, e com a idade e o estatuto sócio-económico dos participantes, do que por outras variáveis.

O preconceito contra Negros, por sua vez, mostrou estar relacionado com a adesão a estereótipos, a educação, a idade e o contacto no passado, por ordem decrescente de importância.

Na análise que se seguiu, a variável adesão a estereótipos foi tratada de forma distinta e de acordo com os modelos de análise estabelecidos: como variável dependente e como principal variável mediadora do contacto na infância sobre o preconceito dos participantes em adultos.

Com o objectivo de determinar o efeito da variável contacto na infância na adesão a estereótipos raciais negativos, foi realizada uma análise de regressão linear múltipla, controlando o género, o nível de habilitações, o estatuto sócio-económico, a idade, e o “prestígio ocupacional” dos participantes. Estas análises de regressão revelaram que, suprimindo as variáveis de controlo, um maior contacto no passado regista um efeito significativo de redução dos estereótipos negativos. Adicionando as variáveis de controlo, o rendimento familiar torna-se o primeiro preditor, sendo seguido pelo contacto intergrupalo no passado.

Por último, foi realizada uma análise de regressão linear múltipla, seguindo três modelos, em que todos predisseram variância no preconceito contra os negros. Na primeira equação entrou apenas o contacto no passado para explicar cerca de 5% da variância no

preconceito. Esta análise indicou que o contacto no passado tem um impacto significativo no preconceito contra os negros. Na segunda equação, com a adição das variáveis idade e educação dos participantes, a influência do contacto no passado, apesar de se ter mantido significativa, diminuiu, enquanto a percentagem de variância explicada aumentou para cerca de 22%. Na terceira equação, mesmo com a adição da variável ‘adesão a estereótipos’, o contacto continuou a ter grande influência no preconceito. E neste caso, as únicas variáveis de controlo que continuaram a mostrar efeito significativo sobre o preconceito foram a educação e a idade.

Observou-se que os participantes mais velhos que tiveram menos oportunidades de contacto inter-racial durante a escola primária, pois ainda vigoravam nesse período as políticas de segregação racial nas escolas, mostraram mais preconceito contra os Negros do que os mais jovens (Wood e Sonleitner, 1998).

Assim, de uma forma geral, os autores concluíram que o contacto inter-racial na infância melhora de forma efectiva e duradoura as atitudes interraciais, tanto através da desconfirmação de estereótipos raciais negativos como pelo contacto directo.

Com base no seu estudo, Wood e Sonleitner (1998), afirmam que o contacto inter-racial na infância, não só destrói estereótipos raciais, promovendo atitudes mais tolerantes, como, pelo facto de decorrer numa fase de desenvolvimento e formação, tem grande impacto na expressão de estereótipos e preconceito ao longo da vida. Concluindo, os autores referem: “If racial tolerance is a worthy goal for America, the work presented here indicates that processes of school and neighborhood desegregation should continue.” (p.15).

### **O contacto intergrupar em contexto escolar - Composição étnica das escolas**

Além da questão longitudinal retrospectiva, focada no trabalho de Wood e Sonleitner (1996), importa também referir a importância do contexto no qual o contacto ocorre, neste caso específico a escola.

O contacto inter-étnico na escola, como factor de redução do preconceito e aproximação entre grupos, tem sido amplamente estudado, e a composição étnica das escolas tem sido considerada um factor preditor do grau de expressão de preconceito.

Segundo Khmelkov e Hallinan (1999), uma das teorias que serviu de base para as primeiras investigações sobre o papel da composição étnica das escolas, na expressão de preconceito étnico, foi exactamente a “hipótese do contacto”.

De uma forma geral, os estudos realizados nesta área, no final da década de 70 e durante a década de 80 (e.g., Schofield and Sagar, 1977; Patchen, 1982; Hallinan e Smith 1985, citado por Khmelkov e Hallinan, 1999) mostraram que uma percentagem considerável de alunos de minorias em turmas escolares aumentava o contacto entre grupos, e consequentemente contribuía para o estabelecimento de relações intergrupais mais positivas. E ainda que, no que diz respeito à distribuição das percentagens de maiorias e minorias numa escola ou turma, a solução ideal para o contacto intergrupais positivo seria a existência de grupos equilibrados racialmente (Khmelkov e Hallinan, 1999).

Em Portugal, Pereira e Monteiro (2006), desenvolveram um estudo que teve como principal objectivo analisar de que forma a composição étnica das escolas influenciava a expressão de preconceito étnico contra alunos Negros por parte das crianças do grupo maioritário dominante (Portugueses brancos), bem como, a possível interacção deste factor (composição étnica) com a idade das crianças (desenvolvimento cognitivo).

Como hipóteses de estudo, de acordo com a literatura na área os autores estabeleceram as hipóteses de que: 1) As crianças mais novas deveriam discriminar um alvo negro de uma forma directa, independentemente da composição étnica da sua escola efeito principal da idade); 2) As crianças mais velhas iriam modelar a expressão do seu preconceito de forma distinta nos diferentes contextos étnicos das suas escolas, mostrando menor preconceito nas escolas de composição étnica equitativa do que nas escolas com outros contextos étnicos (efeito de interacção idade x composição étnica).

O estudo foi aplicado a 280 crianças brancas de origem portuguesa, de quinze escolas públicas do 1º ciclo do ensino básico na área metropolitana de Lisboa. Cerca de metade das crianças tinham entre 5 e 7 anos e a outra metade entre 10 e 8 anos (Pereira e Monteiro, 2006).

As escolas dos participantes foram classificadas em quatro grupos de contacto, de acordo com a sua composição étnica, com o objectivo de operacionalizar esta variável: 1) 'minorias negras reduzidas' (<10% de de alunos negros ); 2) 'minorias negras' (10 a 39% de de alunos negros ); 3) 'composição equitativa' ( 40 a 60% de alunos negros) e 4) 'maiorias negras' (>60% de alunos negros). Os quatro grupos de escolas estavam representados de forma semelhante na amostra.

Na concretização do estudo, foi aplicado uma adaptação do modelo experimental do estudo 1 de França e Monteiro (2004). Desta forma, o procedimento consistiu numa entrevista individual aos participantes, realizada por uma entrevistadora branca. A entrevista procurou avaliar três formas diferentes de "potencial enviesamento intergrupais", ou seja, de

favorecimento da criança-alvo do seu grupo (Branca) em relação à criança-alvo do exogrupo (Negra) – a distribuição de recursos, a atribuição de traços estereotípicos positivos e a atribuição de traços estereotípicos negativos.

Focaremos aqui apenas o procedimento e os resultados referentes ao enviesamento intergrupar através da distribuição de recursos.

Assim, foi o seguinte o procedimento utilizado na entrevista: na presença de dois mealheiros, um com uma fotografia de uma criança Branca e outro com uma fotografia de uma criança Negra, e um conjunto de 9 moedas de 1Euro, uma entrevistadora Branca, após contar a história das duas crianças e referir que ambas precisavam de ajuda para comprar uma bicicleta para se deslocarem à escola, solicitava a ajuda da criança entrevistada para a distribuição das moedas pelas duas crianças.

A medida do enviesamento endogrupal – o favorecimento do endogrupo em detrimento do exogrupo – resultou da diferença entre o número de moedas postas no mealheiro da criança Branca (endogrupo) e o número de moedas postas no mealheiro da criança Negra (exogrupo), formando o indicador da variável dependente (discriminação do exogrupo). Este índice ficou assim a variar entre +9 (todas as moedas dadas ao membro do endogrupo) e -9 (todas as moedas dadas ao membro do exogrupo), representando 0 o valor médio igualitário obtido pelas crianças.

A análise da interacção das variáveis idade e composição étnica das escolas permitiu verificar que o comportamento das crianças diferia em função da idade, mas apenas nas escolas de 'minoría negra' e de 'maioría negra', apresentando as crianças mais novas um índice de discriminação mais elevado do que as crianças mais velhas, em ambas as categorias de contacto (escolas). No entanto, enquanto nas escolas de maioria negra, nenhum dos grupos de crianças discriminou o alvo negro, nas escolas de 'minoría negra', as crianças mais novas mostraram discriminação para com o alvo negro sendo o índice de discriminação estatisticamente superior a zero.

Nas escolas de 'minoría negra reduzida' e 'equitativas', nenhum dos grupos de crianças manifestou discriminação para com o alvo negro.

Assim, verificou-se que foi apenas nas escolas com uma percentagem de negros de 10 a 39% que as crianças mais novas mostraram discriminação para com o alvo negro. E que nas escolas com mais de 60% de negros, as crianças mais novas apesar de não mostrarem enviesamento intergrupar, expressaram mais favoritismo endogrupal que as mais novas.

De uma forma geral, os autores concluíram que a composição étnica das escolas, influencia significativamente a manifestação do preconceito em crianças da maioria contra alvos da minoria Negra.

### **3 Objectivos do estudo**

Da revisão de literatura efectuada sobre a ‘Hipótese do Contacto’, e nomeadamente da contribuição das meta-análises efectuadas por Pettigrew e Tropp (2006) para um balanço da proposta nuclear da Teoria sobre a relação entre o contacto intergrupual e a redução do preconceito contra minorias, ficam esclarecidas algumas questões, mas persistem lacunas e interrogações que justificam a continuação da investigação nesta área.

Este estudo retoma aqui duas dessas questões, salientadas por Pettigrew e Tropp (2006) e Pettigrew (2008): a importância da distinção entre as duas formas de preconceito – flagrante e subtil - que a norma anti-racismo gerou nas sociedades dominantes, e a questão da generalização do efeito do contacto ao longo do tempo. Neste sentido, o estudo constitui uma replicação parcial dos trabalhos de Wood e Sonleitner (1998) e de Pereira e Monteiro (2006), deles tomando, sobretudo, a metodologia longitudinal retrospectiva e a preocupação com a questão dos efeitos do contacto a longo prazo (Wood e Sonleitner, 1996), por um lado, e a medida do contacto pela composição étnica das escolas frequentadas (Pereira e Monteiro, 2006), por outro.

No que respeita à distinção entre as formas flagrante e subtil de expressão do preconceito contra minorias étnicas, o estudo retomou os conceitos originais (Meertens e Pettigrew, 1997; Pettigrew e Mertens, 1995; Vala e col., 1999), embora operacionalizando-os de forma diferente.

A questão de investigação pode assim ser formulada do seguinte modo: Qual o efeito do contacto inter-étnico na infância e na adolescência na expressão do preconceito flagrante e subtil contra uma minoria étnica em jovens adultos?

A partir da questão de investigação apresentada, foi traçado como objectivo geral: Contribuir para esclarecer a potência da Hipótese de contacto inter-grupal proposta por Allport para a redução do preconceito, através de um estudo longitudinal retrospectivo em Portugal; e como objectivo específico: Identificar os factores moderadores dessa relação entre o contacto e o preconceito.

Inserindo-se assim, num campo de investigação que procura compreender a função da dinâmica do contacto inter-étnico na diminuição do preconceito contra alvos minoritários, o presente trabalho, ao estudar os efeitos do contacto ao longo do tempo, relacionando experiências de contacto inter-étnico na infância, nomeadamente em contexto escolar, com a adopção de estereótipos e a expressão do preconceito contra minorias em idade adulta, apresenta-se como inovador em relação a pesquisas realizadas anteriormente, podendo

constituir um importante contributo no conhecimento das implicações que o contacto inter-étnico no passado está a ter a longo prazo no nosso país.

No domínio da importância da composição étnica das escolas, o estudo proposto poderá ainda corroborar, ou mesmo acrescentar, informação relevante à encontrada noutros estudos, nomeadamente no trabalho, já referido, de Pereira e Monteiro (2006), que mostrou a relação entre a composição étnica da escola e a expressão do preconceito em crianças do 1º ciclo, podendo deste modo, constituir um instrumento útil para a tomada de decisões relacionadas com a educação e a composição étnica das escolas em Portugal.

## 4 Método

### Participantes

Considerando os jovens Portugueses de origem portuguesa (brancos) como população-alvo do nosso estudo, recorreremos a um processo de amostragem por conveniência como forma de selecção dos participantes.

Assim, a amostra é composta por 328 participantes, provenientes de um total de 494 inquiridos (alunos do 12º ano de 8 escolas públicas, situadas na área metropolitana de Lisboa (N=7) e em Torres Novas (N=1)<sup>3</sup>. Os critérios de exclusão da amostra, foram a naturalidade e/ou nacionalidade estrangeira do participante e/ou de ambos os pais, a falta de respostas de grande parte do questionário e/ou de alguns dados sócio-demográficos relevantes para o estudo (ex. Percentagem de minorias étnicas nas turmas frequentadas).

Deste modo, todos os inquiridos são de naturalidade e nacionalidade portuguesas, têm entre 17 e 22 anos de idade (Média = 17.58; DP=0.77), e 41.5% são do sexo masculino. No que respeita à escolaridade dos pais (Ver anexo 4), verificamos que as médias de escolaridade dos pais (M= 3.61; DP =1.37) e das mães (M= 3.74; DP=1.38;  $t < 1$ ) são bastantes similares. O grau de escolaridade predominante em ambos os grupos é o secundário, seguindo-se a licenciatura e o 3º ciclo do ensino básico. Após verificação da existência de elevada correlação entre a escolaridade da mãe e a escolaridade do pai ( $r=0.67$ ), decidimos utilizar apenas os dados sobre a escolaridade da mãe por ser a mais alta em média. Com o objectivo de operacionalizar a variável, procedemos a uma recodificação da mesma de forma a reduzir o número de categorias. Assim, a nova variável contém três níveis de escolaridade da mãe: Até ao 9º Ano do Ensino Básico (1); Ensino Secundário (2) e Ensino superior (3) (ver Quadro 1)

Quadro 1 – Distribuição dos participantes por nível de escolaridade da mãe

<b>Escolaridade da mãe</b>	<i>Até ao 9ºAno</i>	<i>Secundário</i>	<i>Ensino superior</i>	<i>Total</i>
<b>N</b>	<i>115</i>	<i>100</i>	<i>107</i>	<i>322</i>
<b>%</b>	<i>35,7%</i>	<i>31,1%</i>	<i>33,2%</i>	<i>100%</i>

I

Relativamente à situação profissional dos progenitores (Ver anexo 4), destaca-se uma baixa taxa de desemprego em ambos.

<sup>3</sup> Ver detalhe das Escolas e Cursos frequentados no Anexo 4

Refere-se ainda que a maioria dos participantes frequentou escolas públicas, tanto no 1º ciclo (84,1%) como no 2º e 3º ciclos (91,8 %) (Ver anexo 4).

Quanto à composição étnica das turmas dos inquiridos, verificamos que, tanto no 1º como no 2º e 3º ciclos, a maioria dos inquiridos frequentou turmas com uma percentagem de alunos de minorias étnicas igual ou inferior a 30% (61,6% no 1º ciclo e 54,6% nos 2º e 3º ciclos), seguindo-se um grupo considerável de alunos (30,2% no 1º ciclo e 21% no 2º e 3º ciclos) que frequentaram turmas sem alunos de minorias (Ver Anexo 4).

Para operacionalizar esta variável, procedemos à sua recodificação em três ‘níveis de contacto com minorias’: (1) ‘ausência de contacto’ (0% de alunos de minorias nas turmas); (2) ‘contacto reduzido’ ( $\leq 30\%$ ); (3) ‘contacto médio–alto’ ( $\geq 50\%$  de alunos de minorias nas turmas), tal como se mostra no *Quadro 2*<sup>4</sup>.

*Quadro 2- Distribuição dos participantes em função do nível de contacto com minorias étnicas em escolas na infância e adolescência*

Nível de contacto com minorias	1(0%)	2 ( $\leq 30\%$ )	3 ( $\geq 50\%$ )	Total
<b>N</b>	58	134	85	277
<b>%</b>	2,9%	48.4%	30.7%	100%

<sup>4</sup> No processo de criação da nova variável, foram excluídos 51 casos referentes a situações de contacto menos claras.

## Instrumento

De forma a alcançar os objectivos delineados, o instrumento utilizado para a recolha dos dados, foi um inquérito por questionário, no âmbito da investigação do Centro de Investigação e de Intervenção Social (CIS), do núcleo Grupos, Cognição e Relações Intergrupais (CIS, ISCTE-IUL, 2010)<sup>5</sup>.

Este instrumento divide-se em duas partes principais, precedidas por uma Instrução, em que se informam os participantes sobre os objectivos do Questionário e a forma (escala) de resposta. A primeira parte é constituída por 50 itens divididos em 4 grupos de questões: A – *Memórias da Infância* (8 itens); B – *O que eu pensava dos outros em criança* (6 itens); C – *Como vejo actualmente a questão educativa no contexto português* (29 itens); D – *Ditos populares e científicos* (7 itens). A segunda parte é destinada à *Informação sócio-demográfica* e contém, não só informação relativa aos dados demográficos dos participantes, mas também referente ao tipo de escola (pública/privada; religiosa/civil), composição étnica das turmas nas quais o participante esteve inserido durante o 1º, 2º e 3º ciclos e ao nível sócio-económico da maioria dos alunos das escolas frequentadas.

O primeiro grupo de questões intitulado de *Memórias de infância*, contém questões referentes à ‘percepção do contacto com crianças de outras origens’ no passado, tanto na escola como na família (ex: ‘Na escola eu tinha amigos de várias origens’; ‘A minha família dava-se mais com pessoas semelhantes a nós’); questões referentes aos ‘valores institucionais de igualdade’, que constitui uma das condições de eficácia do contacto proposta por Allport (ex: ‘Acho que alguns professores eram preconceituosos contra os alunos minoritários’, ‘A direcção da escola castigava as agressões a crianças mais fracas ou das minorias’); e questões relativas ao ‘bem-estar na escola’ (ex: ‘Sempre gostei de ir à escola’).

O grupo intitulado *O que eu pensava dos outros em criança* é constituído por questões que avaliam a ‘adesão a estereótipos na infância’ (ex: ‘Quando eu era criança, achava que os negros eram mais bonitos do que os brancos’; ‘Na escola, em criança, sempre senti orgulho na minha cor da pele’).

As questões do grupo C – *Como vejo actualmente a questão educativa no contexto português* - engloba os itens relativos à avaliação da ‘adesão a estereótipos em adulto’ (ex: ‘Conhecer pessoas de outro grupo étnico confirma muitas vezes o que já sabíamos sobre esse grupo’; ‘O tempo, em geral, confirma o que pensamos dos outros’, bem como os itens

---

<sup>5</sup> Ver o Questionário no anexo 1

referentes à expressão de preconceito contra minorias étnicas, a nossa variável dependente. Este constructo encontra-se dividido em duas dimensões, sendo composto por questões relativas ao *preconceito flagrante* (ex: 'As pessoas têm o direito de evitar que os africanos vivam nos seus bairros') e ao *preconceito subtil* (ex: 'O sucesso académico dos alunos estrangeiros depende muito do seu domínio da língua portuguesa').

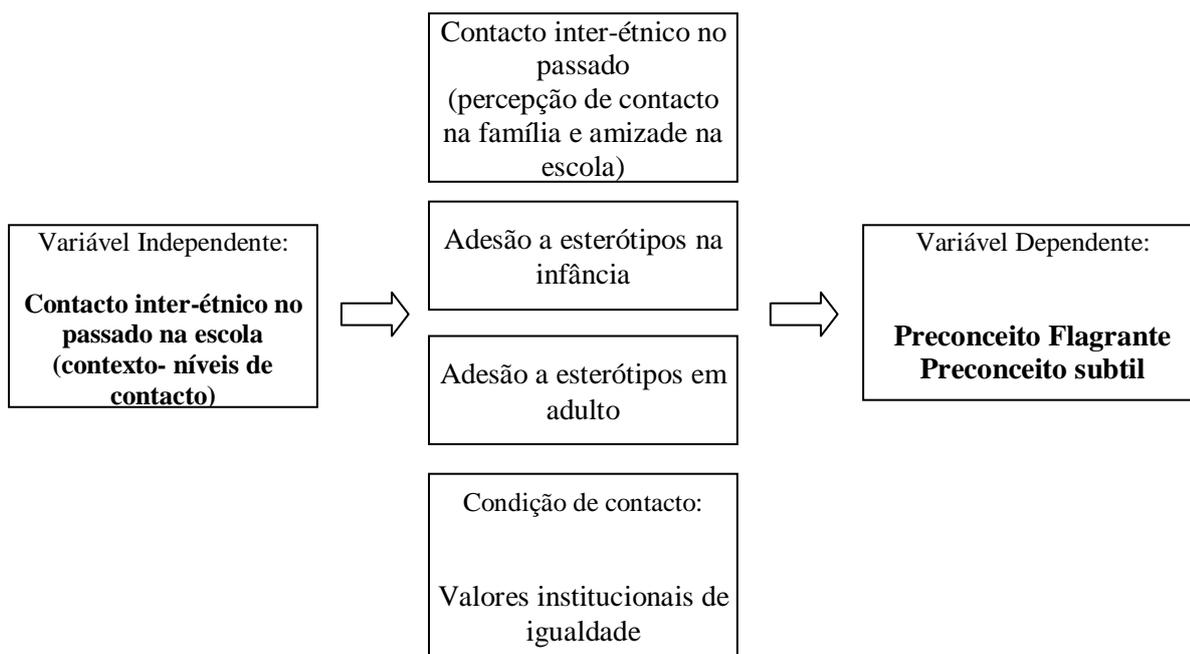
As questões do grupo D – *Ditos populares e científicos* – referem-se a crenças sobre a inteligência e aprendizagem (ex: 'A capacidade para os estudos já nasce com as crianças').

Foi indicado aos participantes que respondessem às questões de A a D, de acordo com uma escala ordinal – Discordo muito (1) a Concordo muito (4) (sem ponto intermédio), e às questões relativas à informação sócio-demográfica em vários tipos de escalas: ordinais, nominais, de escala.

De forma a atingir os objectivos do estudo, e a partir do instrumento apresentado, estabelecemos o modelo de investigação apresentado na Figura 1.

O contacto inter-étnico no passado, operacionalizado pela variável níveis de contacto com minorias (que traduz a percentagem de minorias nas turmas dos participantes), será a variável independente, as formas de preconceito, flagrante e subtil, serão as variáveis dependentes.

Figura 1- Modelo de Investigação



## **Procedimento**

Pré-teste. O questionário foi aplicado a 6 jovens entre os 18 e os 20 anos, com o objectivo de perceber qual o tempo médio de resposta ao instrumento e de avaliar a clareza de todas as questões, bem como a facilidade de compreensão das mesmas por parte dos jovens. Com este pré-teste, verificámos que não seria necessário proceder a alterações no instrumento, podendo ser iniciado o processo para aplicação do mesmo à amostra do nosso estudo.

Optámos por aplicar o questionário em grupo e em contexto escolar, não só pela facilidade na recolha de um maior número de dados em menos tempo, mas sobretudo pela maior facilidade em controlar a variável ‘contacto com minorias étnicas’ (variável independente do estudo), de forma a conseguirmos amostras representativas de população que tivesse frequentado turmas com diferentes percentagens de alunos de minorias étnicas (0%; ≤30%; ±50%; >50%), factor essencial para alcançar os objectivos do estudo.

De forma a conseguir esta diversidade ao nível do contacto com minorias, a selecção das escolas foi feita, não só de acordo com a composição étnica das mesmas, mas também de acordo com a diversidade étnica da área residencial em que se inseriam, uma vez que, após os primeiros contactos, verificámos que nem sempre estes dois pontos coincidiam.<sup>9</sup>

O pedido de colaboração das escolas foi feito através de contacto telefónico (5 escolas) ou de forma presencial (24 escolas). Em todas as situações foi explicado a um membro do Conselho Executivo da Escola a natureza do estudo, os objectivos principais e as necessidades em termos de amostra para o mesmo; foi ainda entregue um pedido escrito de colaboração formal (Anexo 2), bem como uma minuta do pedido de autorização aos encarregados de educação dos alunos menores (Anexo 3). Nos casos dos contactos telefónicos, esta informação foi enviada por via electrónica.

Após autorização das escolas e dos Encarregados de Educação dos alunos menores, foram agendados horários para aplicação do instrumento.

Os questionários<sup>10</sup> foram aplicados às turmas em sala de aula, em horário escolar (numa grande parte das escolas nas aulas da disciplina de Área de Projecto), seguindo a

---

<sup>9</sup> Numa escola secundária com uma grande percentagem de minorias étnicas, essa realidade dentro da escola não reflectia de forma alguma a composição étnica da população em que a mesma se inseria. Após contacto com a Direcção da escola, percebemos que esta composição étnica era resultado da grande oferta pela escola de cursos técnico-profissionais e da existência de protocolos com PALOP.

<sup>10</sup> Aos alunos de origem estrangeira, foi aplicado um questionário alternativo também decorrente de investigação em curso no CIS ( Centro de Investigação e Intervenção Social/ISCTE-IUL), cujos dados não serão utilizados neste trabalho.

sugestão da própria escola. Antes da aplicação, a autora do estudo fez uma breve explicação dos seus objectivos, apelando à participação no mesmo. De acordo com os princípios éticos definidos pela *American Psychological Association* (2002), foi considerado o direito à não participação e garantida a confidencialidade dos dados e o anonimato dos participantes. Foi ainda reforçada a ideia de que não existiriam respostas certas ou erradas, e que o importante seria darem a sua opinião sincera. Por último, o investigador colocou-se à disposição dos participantes para o esclarecimento de qualquer dúvida durante o preenchimento do questionário. O tempo médio de aplicação do instrumento foi cerca de 20 minutos.

A primeira fase de aplicação decorreu nos meses de Fevereiro e Março e realizou-se em 6 escolas. Contudo, após esta fase verificámos que, apesar de já termos um número considerável de questionários válidos, a amostra era ainda muito homogénea em relação ao ‘contacto intergruppal’ (a maioria dos inquiridos tinha frequentado turmas cuja percentagem de alunos pertencentes a minorias era igual ou inferior a 30%), não respondendo assim às necessidades do estudo. Após o contacto com variadas escolas na zona metropolitana de Lisboa, percebemos que seria difícil conseguir uma amostra com um nível de contacto com minorias de 0% nesta zona. Assim, foram contactadas também escolas fora de Lisboa, tendo sido obtida resposta positiva de uma escola em Torres Novas, na qual foram aplicados os questionários em falta.

Para obter uma amostra de alunos que tivessem frequentado turmas com uma percentagem de minorias igual ou superior a 50%, deparámo-nos também com algumas dificuldades, uma vez que existem poucas escolas secundárias com esta percentagem de alunos de origem estrangeira na área de Lisboa. Esta segunda fase de aplicação do instrumento, decorreu de final de Maio a início de Junho e foi efectuada em duas escolas. Deste modo, os dados do nosso estudo foram recolhidos em 8 escolas provenientes de um total de 29 escolas contactadas.

Após a recolha dos dados, estes foram analisados com o apoio do software estatístico *Statistical Program for Social Sciences* (SPSS), versão 17.0<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Na análise dos dados foram realizadas análises factoriais confirmatórias e exploratórias, análises de consistência interna (Alpha de Cronbach), Testes de comparação de médias (Teste T e Duncan), análises de variância (ANOVA univariada simples e com efeito de interacção, e multivariada), correlação linear múltipla (Pearson) e regressões linear simples e múltiplas com efeitos de interacção (testes de moderação).

## 5 Resultados

O primeiro tratamento dos dados consistiu numa descrição e preparação prévia das variáveis em estudo para testar o modelo proposto.

### Percepção de Contacto Inter-Étnico no Passado

Relativamente à percepção do contacto inter-étnico no passado, devido à inexistência de correlação entre as duas variáveis deste constructo ( $r = -.079$ ), uma referente à percepção do contacto com minorias na escola (A4- *Na escola eu tinha amigos de várias origens*) e outra referente à percepção do contacto com minorias na família (A5- *A minha família dava-se mais com pessoas semelhantes a nós*), as mesmas serão utilizadas de forma independente.<sup>12</sup>

Assim, a análise descritiva da variável A4 que diz respeito à amizade com minorias na infância, revela que de uma forma geral, os participantes afirmaram que na infância tinham amigos de outras origens ( $M=3.13$ ;  $DP= 0.802$ ). Os testes de comparação de médias (Teste T para amostras independentes e ANOVA monofactorial) mostraram que esta opinião não variava em função do sexo (anexo 5) ou do nível de escolaridade da mãe (anexo 5), mas variava de acordo com os níveis de contacto com minorias na escola ( $F_{(2;274)} = 27.831$ ;  $p = 0.000$ ) como mostra o Quadro 3.

Quadro 3 Amizade com minorias na infância em função do nível de contacto com minorias na escola

Nível de contacto com minorias na escola	N	Amizade com minorias na infância <sup>a</sup>
Nível 1	58	2.55a (.902)
Nível 2	134	3.23b (.714)
Nível 3	85	3.47c (.647)
Total	277	3.16 (.807)

Nota: <sup>a</sup> O primeiro número de cada célula é a média, o segundo número entre parênteses é o desvio padrão; As médias com letras diferentes diferem (Duncan,  $p < .05$ )

<sup>12</sup> A decisão de reter estas duas variáveis prende-se com o facto de as mesmas se referirem à percepção do contacto com minorias no passado, e uma delas se referir a uma forma específica de contacto – a amizade intergrupala - factor teoricamente relevante para a redução do preconceito (ver Pettigrew, 1998, Pettigrew e Tropp, 2008, Feddes, Noak & Rutland, 2010; Stringer, Irwing, Giles, McClenahan, Wilson, & Hunter, 2009).

A escala de resposta da variável A5, foi invertida, de modo que os valores mais elevados passassem a significar, como na variável A4, percepção de maior contacto com pessoas diferentes. A análise descritiva mostrou uma média de 2.47 (DP=0.888) para esta variável. Os testes de comparação de médias (Teste T para amostras independentes e ANOVA monofactorial) mostraram que este valor não variava em função do sexo do participante ou do nível de contacto com minorias na escola (Quadro de médias no anexo 6), mas variava em função do nível de escolaridade da mãe ( $F_{(2;319)} = 3.526$ ;  $p = 0.031$ ). Como mostra o Quadro 4, os participantes cujas mães apresentam um nível de escolaridade mais baixo (até 9º ano), referiram ter tido mais contacto com minorias na família do que os participantes cujas mães apresentam níveis de escolaridade mais elevados.

*Quadro 4 – Percepção de contacto com minorias na família em função do nível de escolaridade da mãe*

<i>Nível de escolaridade da mãe</i>	<i>N</i>	<i>Contacto da família com pessoas diferentes<sup>a</sup></i>
Até 9º Ano	115	2.65a (.879)
Secundário	100	2.36b (.859)
Licenciatura ou mais	107	2.40b (.910)
Total	322	2.48 (.890)

Nota: <sup>a</sup>O primeiro número de cada célula é a média, o segundo número entre parênteses é o desvio padrão; As médias com letras diferentes diferem (Duncan,  $p < .05$ )

### **Valores Institucionais de Igualdade**

Dos quatro itens do Questionário referentes a esta dimensão foram retidos três (A3, A8, A10), com um valor de Alpha aceitável ( $\alpha = .62$ ). Deste modo, procedemos à criação do indicador referente aos ‘valores institucionais de igualdade’, com as três variáveis invertidas, de modo que, a valores mais elevados na escala corresponda a presença na escola de maiores Valores Institucionais de Igualdade.

A análise da média das respostas a este indicador ( $M=3.02$ ;  $DP = 0.58$ ), revela que os participantes do estudo de uma forma geral, consideraram que existiam valores institucionais de igualdade nas escolas que frequentaram.

A realização dos testes de comparação de médias (Teste T para amostras independentes) para o sexo (e ANOVA monofactorial) para o nível de escolaridade da mãe e

níveis de contacto com minorias na escola (Quadro de médias no anexo7), revelaram que não existiam efeitos significativos dessas variáveis sobre o indicador da variável em estudo.

### **Adesão a estereótipos negativos sobre minorias na Infância**

O valor de alpha de Cronbach obtido com os seis itens do grupo B de questões, revelou-se inaceitável ( $\alpha = .346$ ), pelo que procedemos à análise factorial em componentes principais destas variáveis. Foram extraídas duas componentes, cada uma constituída por três itens: B15, B16 e B18 ( $\alpha = 0.48$ ) e B14, B17 e B19 ( $\alpha = 0.33$ ). Apesar da fragilidade dos índices de consistência interna, considerámos o conjunto de itens (invertidos) que apresentou o *alpha* mais elevado para a construção do indicador.

A média de adesão dos participantes a estereótipos negativos na infância foi 2.89 (DP 0.58). O teste de comparação de médias (Teste T para amostras independentes) indicou que existiam diferenças significativas entre os sexos ( $t_{(324)} = 11.934$ ;  $p < 0.001$ ), referindo os rapazes uma maior adesão aos estereótipos negativos na infância do que as raparigas como mostra o Quadro 5. A ANOVA monofactorial mostrou que a adesão a estereótipos em criança não variava em função do nível de escolaridade da mãe ( $F < 1$ ) ou dos níveis de contacto com minorias na escola (Quadro de médias no anexo 8).

*Quadro 5 - Adesão a Estereótipos na Infância em função do Sexo do participante*

<i>Sexo do participante</i>	<i>N</i>	<i>Estereótipos na Infância<sup>a</sup></i>
Masculino	135	3.2741 (.46941)
Feminino	191	2.6248 (.49381)

Nota: <sup>a</sup> O primeiro número de cada célula é a média, o segundo número entre parênteses é o desvio padrão.

### **Estereótipos Negativos Sobre Minorias em Adulto**

Para a construção da dimensão referente à adesão a estereótipos em adulto, considerámos os itens C22, C23 e C41. Dado o baixo valor de alpha de Cronbach (0.36) obtido, o indicador foi construído com os itens C23 e C41 ( $r = 0.47$ ).

A média de ‘Adesão a estereótipos em Adulto’ entre os participantes do estudo foi 2.45 (DP=0.65). O teste de comparação de médias (ANOVA monofactorial) mostrou que esta média não varia em função do nível de contacto com minorias na escola (Quadro de

médias no anexo 9), mas variava em função do nível de escolaridade da mãe ( $F_{(2;318)} = 3.521$ ;  $p = 0.031$ ). Como mostra o Quadro 6, os participantes cujas mães têm um nível de escolaridade mais elevado mostram uma menor adesão a estereótipos negativos em adulto (teste *post-hoc* de Duncan).

*Quadro 6 - Adesão a estereótipos em adulto em função do nível de escolaridade da mãe*

<i>Nível de escolaridade da mãe</i>	<i>N</i>	<i>Estereótipos em adulto<sup>a</sup></i>
Até 9º Ano	114	2.5175a (.68139)
Secundário	100	2.5200a (.61101)
Licenciatura ou mais	107	2.3131b (.66419)
Total	321	2.4502 (.65955)

Nota: <sup>a</sup>O primeiro número de cada célula é a média, o segundo número entre parênteses é o desvio padrão; As médias com letras diferentes diferem (Duncan,  $p < .05$ )

### **Preconceito Contra Minorias Étnicas – Flagrante e Subtil**

De forma a construir os indicadores referentes à variável dependente – preconceito étnico - realizámos uma análise factorial em componentes principais com rotação ortogonal dos eixos, na qual pedimos a extracção de dois factores de acordo com a matriz inicial. Para esta análise, foram considerados, numa fase inicial, todos os itens do bloco C que não entraram na composição da dimensão anterior. Posteriormente foram seleccionados apenas os itens que apresentaram simultaneamente carga factorial superior a 0.30 num factor e inferior a 0.30 nos restantes factores. Como vemos no Quadro 7, após esta selecção a estrutura factorial conservou doze itens, numa solução factorial a dois factores que explicam 39.38% da variância total. Após inversão dos itens C50 e C56, procedemos à construção de dois novos indicadores referentes ao constructo preconceito. O primeiro factor (preconceito flagrante), é composto por oito itens e apresenta um alfa de Cronbach de 0.76, revelando uma consistência interna aceitável. O segundo factor (preconceito subtil) é composto por quatro itens e apresenta um alfa de Cronbach de 0.52, revelando uma consistência interna pobre. Estes novos factores não correspondem de forma exacta aos constructos para os quais os itens foram criados, no entanto essa correspondência verifica-se para os itens com maior carga factorial em cada um dos novos factores.

Quadro 7 - Estrutura Factorial dos Indicadores referentes ao Preconceito

Preconceito	Component	
	Factor 1	Factor 2
<b><i>Preconceito Flagrante</i></b>		
52.A população portuguesa está em risco de perder a sua identidade à medida que mais famílias imigrantes obtêm a nacionalidade portuguesa	<b>.704</b>	.101
49.O desempenho escolar dos alunos de origem africana será sempre menor do que o de alunos de origem europeia	<b>.630</b>	.195
55.As pessoas têm o direito de evitar que os africanos vivam nos seus bairros	<b>.626</b>	.020
56.Admito vir a ter filhos de um casamento misto luso-africano	<b>-.618</b>	-.130
29.O aumento da imigração pode pôr em causa os empregos dos portugueses	<b>.604</b>	-.013
45.A formação de turmas nas escolas deve usar o critério da origem étnica, de modo a juntar alunos com rendimento mais semelhante	<b>.565</b>	.017
38.Os africanos deviam esforçar-se mais por garantir o sucesso escolar dos filhos	<b>.564</b>	.094
20.Frequentar escolas só com alunos de origem portuguesa pode ter muitas vantagens para a vida futura	<b>.550</b>	.182
<b><i>Preconceito Subtil</i></b>		
32.Ter menor estatuto social do que os outros dificulta o sucesso	.070	<b>.710</b>
50.As cores de pele diferentes em nada influenciam a vida em sociedade	-.151	<b>-.685</b>
26.A diferença de estatuto social pode ser uma barreira entre as pessoas	.118	<b>.640</b>
24.O sucesso académico dos alunos estrangeiros depende muito do seu domínio da língua portuguesa	.017	<b>.474</b>
<b><i>Total de variância (39,4%)</i></b>	(25.1%)	(14.3%)
<b><i>Alpha de Cronbach</i></b>	0.76	0.52
<b><i>Média (Desvio Padrão)</i></b>	2.35(0,49)	2.57(0,51)

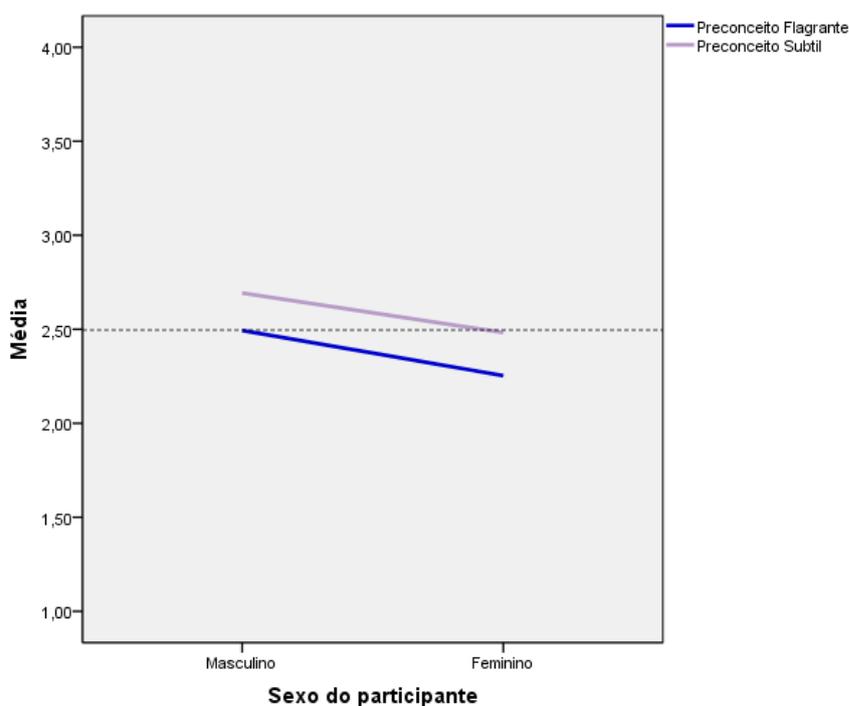
A aplicação do teste t para amostras emparelhadas permitiu concluir que a média dos dois tipos de preconceito é significativamente diferente nos participantes do nosso estudo ( $t_{(320)} = -6.386, p < 0.001$ ).

Comparando as médias de expressão dos dois tipos de preconceito com o ponto médio da escala (2.5), verificamos que, enquanto a média de expressão de Preconceito flagrante ( $M=2.35; DP=0.49$ ) é significativamente inferior a 2.5, ( $T_{(321)} = -5.265; p=0.000$ ), a média de expressão de Preconceito subtil ( $M=2.57; DP = 0.51$ ) é significativamente superior a esse ponto ( $T_{(325)} = 2.641; p=0.009$ ).

Para perceber de que forma as variáveis sócio-demográficas influenciaram a manifestação de preconceito flagrante e subtil, nos participantes do estudo, efectuámos testes de comparação de médias para cada um dos indicadores.

O teste t para amostras independentes mostrou que tanto a expressão de preconceito flagrante ( $t_{(320)} = 4.39, p < 0.001$ ) como a expressão de preconceito subtil, ( $t_{(324)}=3.62; p<0.001$ ), variam de acordo com o sexo dos participantes, sendo ambos mais elevados no sexo masculino do que no feminino ( Figura 2).

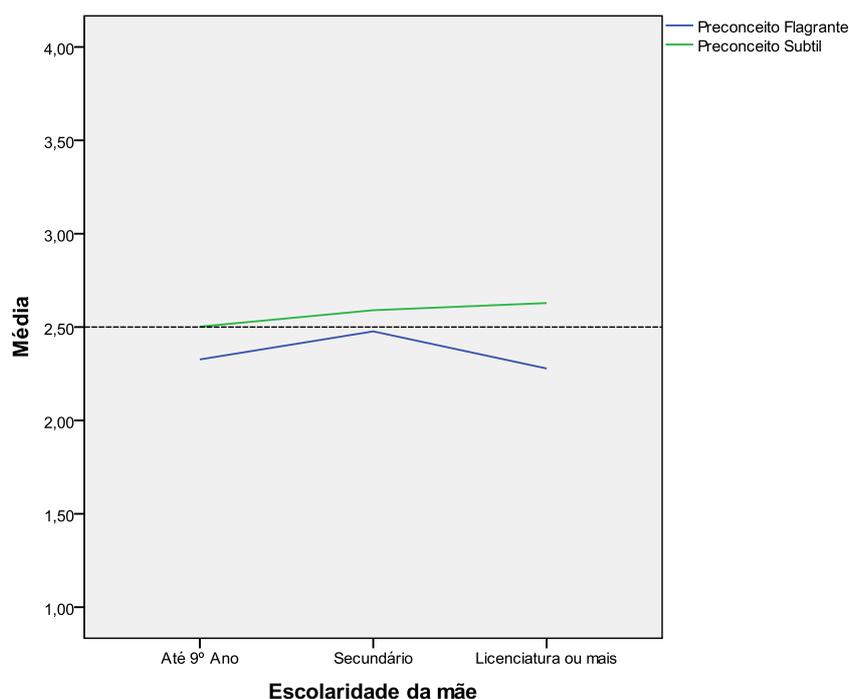
*Figura 2- Expressão de Preconceito Flagrante e Subtil em função do sexo*



A ANOVA monofactorial, permitiu verificar que a expressão de preconceito flagrante varia também em função do nível de escolaridade da mãe por efeito principal ( $F_{(2;313)}=4.465$ ;  $p= 0.012$ ), mas não por efeito de interação com a variável sexo ( $F_{(2;310)}=0.288$ ;  $p= 0.750$ ), enquanto que a expressão de preconceito subtil não é influenciada por este factor, quer por efeito principal ( $F_{(2;317)}=0.454$ ;  $p=0.189$ ), quer por efeito de interação ( $F_{(2;314)}=1.298$ ;  $p= 0.275$ ) ( Figura 3).

O efeito da escolaridade materna no preconceito flagrante significa que as atitudes menos preconceituosas são expressas quando a escolaridade da mãe é mais alta (Superior) ( $M=2.27$ ;  $DP=0.496$ ) e mais baixa (até 9º ano) ( $M= 2.32$  ;  $DP= 0.495$ ), em comparação com escolaridade materna média (Secundário) ( $M= 2.47$  ;  $DP=0.546$  ) (teste Duncan).

Figura 3 – Expressão de Preconceito Flagrante e Subtil em função do nível de escolaridade da mãe



### Correlações Entre as Variáveis em Estudo (Teste do modelo de investigação)

Para perceber de que forma as variáveis sócio-demográficas e as variáveis criadas se correlacionam entre si e com a variável dependente (preconceito flagrante e subtil), foi realizado um teste de correlação linear múltipla (Pearson). A matriz de correlações

(Anexo10), mostra uma correlação positiva entre o preconceito flagrante e o preconceito subtil ( $r=0.284$ ;  $p<0.01$ ).

No que respeita à relação entre o Preconceito flagrante e as restantes variáveis, assinala-se que existe: uma correlação positiva fraca com os níveis de contacto na escola ( $r=0.159$ ;  $p<0.01$ ), revelando que, quanto maior o contacto, maior o preconceito; uma correlação também fraca com a variável adesão a estereótipos na infância ( $r=0.140$ ;  $p<0.05$ ), uma correlação moderada com a variável adesão a estereótipos em adulto ( $r=0.359$ ;  $p<0.01$ ); e por último, uma correlação negativa com a variável contacto com minorias na família ( $r=-0.114$ ;  $p<0.05$ ), revelando que quanto mais contacto com minorias em contexto familiar, menor expressão flagrante de preconceito em adulto.

Em síntese, o preconceito flagrante encontra-se associado, como previsto pela hipótese do contacto, às variáveis, estereótipos em adulto, contacto com minorias no passado, estereótipos na infância e contacto com da família com minorias durante a infância, por ordem decrescente de importância.

No que diz respeito ao preconceito subtil, é possível verificar uma correlação positiva fraca entre esta variável e a adesão a estereótipos na infância ( $r=0.141$ ;  $p<0.05$ ), indicando que quanto mais elevados são os níveis de adesão a estereótipos na infância mais elevados são também os níveis de expressão de preconceito subtil na idade adulta. Observam-se ainda correlações negativas com as variáveis, valores institucionais de igualdade ( $r=-0.112$ ;  $p<0.05$ ), e contacto da família com minorias na infância ( $r=-0.113$ ;  $p<0.05$ ). Ou seja, a presença de valores institucionais de igualdade na escola e o contacto da família com minorias no passado estão associados a menor expressão de preconceito subtil no presente.

Outro dado que importa referir é a existência de uma correlação significativa entre o nível de contacto na escola (% minorias nas turmas) e as amizades com minorias na escola durante a infância ( $r=-0.388$ ;  $p<0.01$ ).

Dadas as correlações encontradas, concluímos que a variável independente principal deste estudo se encontra apenas associada a uma das formas de preconceito, a flagrante. Assim, o modelo inicial de investigação, que previa testar qual o efeito do contacto nas duas formas de preconceito e que variáveis poderiam moderar essa relação, foi apenas testado em relação ao preconceito flagrante. Para tal, procedeu-se à realização de uma regressão múltipla com cálculo de efeitos de interacção, na qual entraram todas as variáveis que se encontram correlacionadas com o preconceito flagrante (contacto com minorias na escola; adesão a estereótipos na infância, adesão a estereótipos em adulto e contacto com minorias na família). Os resultados apresentados no Quadro 8, mostram apenas a existência de efeitos principais

das variáveis em estudo na expressão do preconceito flagrante, não tendo sido encontrado qualquer efeito de interacção entre o contacto na escola (variável independente) e as restantes variáveis na predição de preconceito flagrante. O conjunto das variáveis explica 17% da variância da expressão de preconceito flagrante nos participantes ( $R = .44$ ,  $R^2_{\text{ajustado}} = .172$ ,  $F(7, 262) = 8.994$   $p < 0.001$ ).

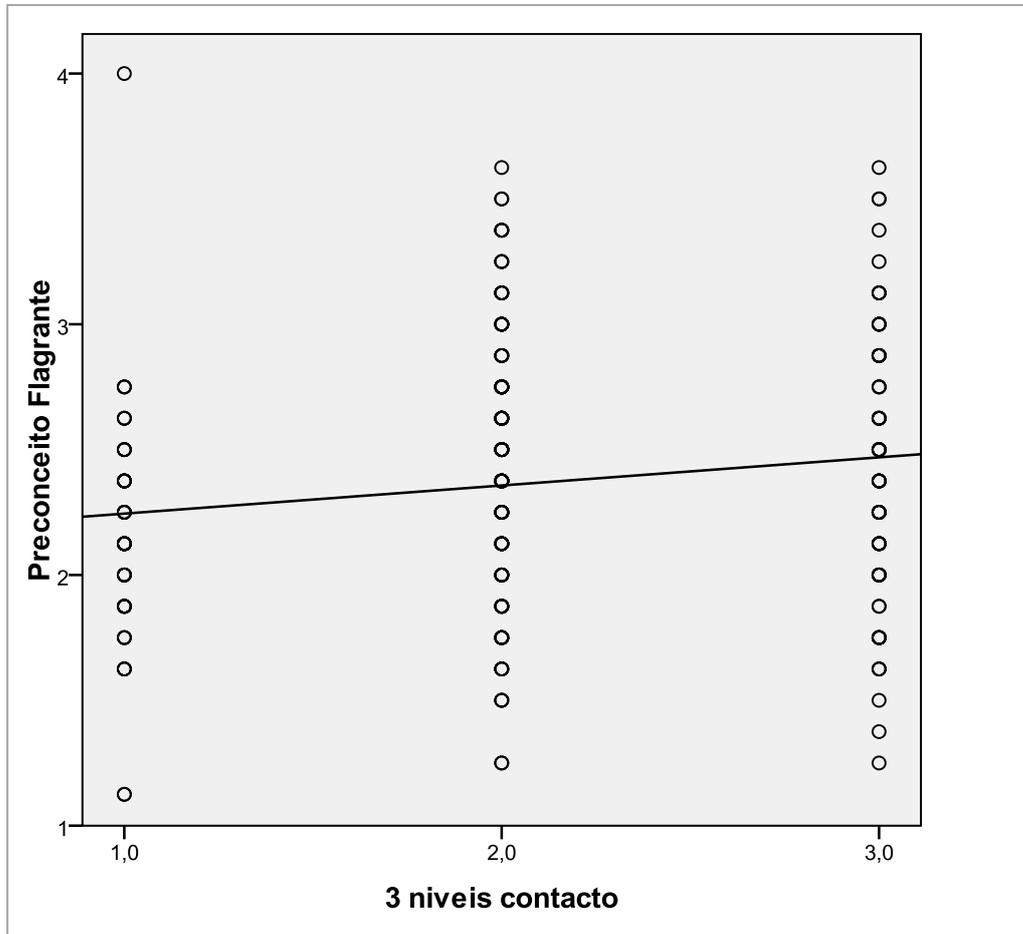
*Quadro 8* – Parâmetros estimados para o efeito do contacto na expressão de preconceito flagrante, moderado pela adesão a estereótipos na infância, adesão a estereótipos em adulto e contacto com minorias na família

	Preconceito Flagrante		
	<i>b</i>	<i>SE</i>	$\beta$
<b>Efeitos Principais</b>			
Contacto na escola (C)	.09	.04	.12**
Esteréotipos em adulto (EA)	.26	.04	.34***
Contacto com minorias na família(CF)	-.07	.03	-.13**
Esteréotipos na Infância (EI)	.15	.05	.16**
<b>Efeitos de Interacção</b>			
C x EA	-.07	.06	-.06
C x EI	.06	.07	.05
C x CF	.05	.04	.06

Nota - *b*= Coeficiente de regressão não-estandardizado; *SE* = erro padrão;  $\beta$ = Coeficiente de regressão estandardizado. \*\*\*= $p < .001$  \*\*= $p < .05$

Importa destacar o efeito da variável independente (contacto com minorias na escola na infância) na variável dependente (expressão de preconceito flagrante): a análise dos parâmetros estimados mostra mais uma vez que, quanto maior (ou menor) o contacto com minorias na escola na infância e adolescência, maior (ou menor) é a expressão de preconceito flagrante contra minorias(ver Figura 4).

Figura 4 - Linha de regressão que representa a relação entre o contacto com minorias na infância na escola e a expressão de preconceito flagrante.



Relativamente ao preconceito subtil, foi feito um cálculo de análise de regressão múltipla, onde entraram as variáveis que tinham apresentado correlação com aquele indicador (adesão a estereótipos na infância, valores institucionais de igualdade e contacto com minorias na família). Os resultados mostraram que o conjunto destas variáveis explicam apenas 4% da variância total da expressão de preconceito subtil contra minorias ( $R = .23$ ,  $R^2_{ajustado} = .04$ ,  $F(3, 320) = 5.976$   $p < 0.005$ ).

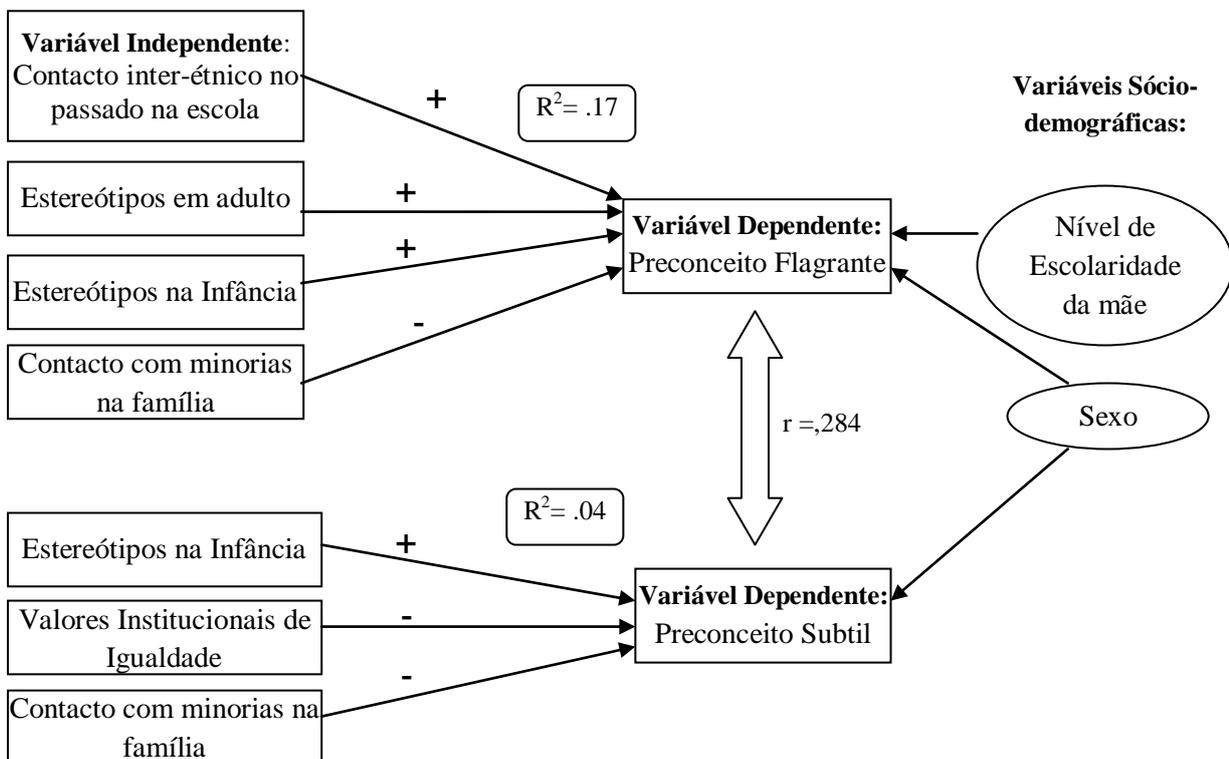
Quadro 9- Cálculo de regressão das variáveis correlacionadas com o preconceito subtil

	Preconceito Subtil		
	<i>b</i>	<i>SE</i>	$\beta$
Estereótipos na infância	,16	,05	,18**
Valores Institucionais de Igualdade	-,12	,05	-,13**
Contacto com minorias na família	-,07	,03	-,12**

Nota - *b*= Coeficiente de regressão não-estandardizado; *SE* = standard erro;  $\beta$ = Coeficiente de regressão estandardizado. \*\*= $p < .05$

Em suma, os resultados não permitiram encontrar qualquer moderação das variáveis do modelo na relação entre o contacto e o preconceito. Todas as variáveis que se mostraram correlacionadas com os dois indicadores referentes à variável dependente, mostraram ter um efeito directo no preconceito. Perante estes resultados, tornou-se necessário traçar um novo modelo explicativo para o presente estudo (ver Figura 5).

Figura 5 - Modelo explicativo do estudo



## **6 Discussão**

Inserindo-se no campo de investigação sobre a Hipótese do Contacto`de Allport (1954), o presente estudo teve como principal objectivo avaliar o efeito do contacto inter-étnico na infância e na adolescência em contexto escolar, na expressão do preconceito flagrante e subtil contra uma minoria étnica em jovens adultos.

Para tal, em primeiro lugar procurou-se distinguir entre estas duas formas de preconceito – flagrante e subtil – avaliando a expressão de cada uma delas nos participantes. Os resultados encontrados revelaram uma correlação significativa entre o preconceito flagrante e o preconceito subtil, indo assim ao encontro dos resultados do estudo de Meertens e Pettigrew (1997), apesar de a correlação ser mais baixa do que a encontrada por estes e por outros autores(e.g., Vala e col., 1999).

Ainda em relação à distinção entre estes dois tipos de preconceito, os resultados mostraram que os níveis de expressão de preconceito subtil são significativamente mais elevados que os níveis de expressão de preconceito flagrante. E que a média de expressão do primeiro se situa significativamente acima do ponto médio da escala enquanto a média de expressão do segundo se situa significativamente abaixo desse ponto, revelando que nos participantes do estudo, o preconceito contra minorias étnicas é expresso de forma subtil e não de forma flagrante. Este dado corrobora a ideia presente na literatura, defendida por Meertens e Pettigrew (1997), e confirmada em alguns estudos (e.g. Vala *et al*, 1999, White *et al*, 2009), de que nas sociedades actuais, e especialmente entre os indivíduos mais jovens, o preconceito é expresso de forma mais subtil devido à pressão das normas sociais anti-preconceito que condenam a discriminação das minorias.

Relativamente à relação das duas formas de preconceito com as variáveis sócio-demográficas, salientamos a sua variação de acordo com o sexo, apresentando os participantes do sexo masculino maior expressão de preconceito flagrante e subtil do que os participantes do sexo feminino. Não encontramos referência a este tipo de variância de acordo com o sexo, na literatura sobre o preconceito contra minorias étnicas. No entanto, Pereira (2009) num estudo acerca do preconceito contra homossexuais, desenvolvido em Portugal, encontrou também, maior expressão de preconceito em homens do que em mulheres.

Salientamos ainda a variação do preconceito flagrante (mas não o subtil) de acordo com o nível sócio-económico (aqui operacionalizado pela variável nível de escolaridade da mãe); os resultados indicam que os participantes cujas mães têm um nível médio de escolaridade (12º ano), apresentaram maior expressão de preconceito flagrante do que os

participantes cujas mães tinham um nível de escolaridade baixo (até 9º ano) e alto (Superior). Não encontramos referências na literatura a este tipo de distribuição de preconceito.

Retomando o objectivo geral do estudo, e especificamente a relação entre o contacto na infância/adolescência e a expressão do preconceito em idade adulta, verificou-se a existência dessa relação com uma das formas de preconceito – o preconceito flagrante.

Surpreendentemente, e contrariamente à hipótese de Allport e à relação negativa encontrada por Pettigrew e Tropp (2006) e por Wood e Sonleitner (1996), os resultados da presente investigação revelaram uma relação positiva, se bem que fraca, entre o grau de contacto com minorias na turma durante a infância e adolescência e a expressão de preconceito flagrante.

Apesar de não ter sido possível encontrar os factores moderadores desta relação entre o contacto e o preconceito, apontamos como possibilidades para a explicação deste resultado a contribuição de factores, não avaliados do nosso estudo como, a não satisfação de todas as condições de contacto propostas por Allport (1954)<sup>13</sup>, ou a ausência de normas sociais anti-preconceito e valores de igualdade na família.

Neste campo é pertinente salientar dois dados importantes: por um lado, a relação negativa encontrada entre os valores institucionais de igualdade (condição de Allport) na escola e a expressão de preconceito subtil, que indica que a presença do primeiro provavelmente reduz a expressão do segundo e por outro lado a associação também negativa, embora fraca, encontrada entre a variável contacto com minorias na família e a expressão dos dois tipos de preconceito. Apesar da fragilidade desta variável (por constituir uma variável isolada e não uma variável compósita), este resultado indica que o contacto com minorias em contexto familiar contribui para reduzir tanto a expressão do preconceito flagrante como do preconceito subtil. Ficam por esclarecer os motivos pelos quais o contacto com minorias na infância em contextos diferentes (na escola e na família), dá origem a resultados contrários na expressão do preconceito na idade adulta.

Relativamente ao desenvolvimento do preconceito nas crianças e à forma como este é aprendido, Allport (1954), destaca a importância da família e especialmente das influências parentais em todo este processo referindo que numa dinâmica de identificação e pertença grupal, as crianças tendem a adoptar as crenças e atitudes étnicas transmitidas pelos seus pais. Estudos recentes provaram também esta relação entre o preconceito expresso pelos pais e o preconceito expresso pelos filhos (e.g. Sinclair, Dunn e Lower, 2005).

---

<sup>13</sup> Apesar de a meta-análise da literatura ter mostrado que estas condições não são indispensáveis para que o contacto reduza o preconceito, mostrou também que poderão actuar como factores facilitadores desse efeito (Pettigrew e Tropp, 2006).

Em conformidade com os resultados encontrados por Wood e Sonleitner (1996), também os resultados do nosso estudo mostraram uma associação positiva entre a adesão a estereótipos e preconceito, revelando que, principalmente, o preconceito flagrante surge fortemente associado à adesão a estereótipos contra minorias. Não foi no, entanto, encontrado qualquer efeito moderador dos estereótipos entre o contacto e o preconceito.

Relativamente ao papel da composição étnica das turmas na expressão do preconceito, os resultados do nosso trabalho não nos permitem confirmar conclusões encontradas por outros autores (Khmelkov e Hallinan, 1999; Pereira e Monteiro, 2006), que apontam uma composição étnica equilibrada em termos da percentagem de minoria e maioria nas turmas, como sendo a mais favorável ao desenvolvimento de atitudes intergrupais positivas. Inversamente, os resultados deste estudo indicam que turmas com 0% de minorias, estão associados a níveis de preconceito flagrante mais reduzido.

Como principais limitações do estudo, salientamos o facto de não terem sido controladas todas as condições de contacto, propostas por Allport (1954): a insuficiência de questões relativas à avaliação do ambiente normativo, valores de igualdade fora da escola (na família, no bairro), a fragilidade das medidas de algumas variáveis, e em especial a fragilidade da escala de preconceito subtil (decorrente da sua fraca consistência interna) pela importância desta variável no modelo de investigação. E ainda, a existência de duas variáveis não-agrupadas no modelo e a ausência de uma medida de contacto com minorias na escola no presente.

## **7 Conclusões - Direcções para futuras investigações**

Apesar de todo o caminho já percorrido, vários autores apontam ainda algumas lacunas à investigação realizada em torno da *hipótese do contacto* e lançam ideias sobre o caminho que devem seguir as futuras investigações.

Ainda que, a pesquisa recente tenha contribuído com novas descobertas para a construção de modelos de investigação cada vez mais complexos (e.g., Brown & Hewstone, 2005; Gaertner & Dovidio, 2000, citado por Pettigrew e Tropp 2006; Pettigrew, 1998), segundo Pettigrew e Tropp (2006) e Pettigrew (2008), a investigação efectuada tem-se centrado sobretudo nos factores que conduzem a uma diminuição do preconceito. Os resultados da meta-análise sobre a hipótese do contacto levam a concluir que o conhecimento existente sobre esta hipótese é limitado, exactamente devido ao ênfase colocado nos factores positivos. De acordo com os autores, é necessário perceber também quais os factores que impedem o contacto de reduzir o preconceito e dão origem a efeitos negativos, tais como aumento do preconceito, da desconfiança e do conflito.

Estes factores negativos, como o autoritarismo, a ansiedade intergrupar ou as restrições normativas, merecem ser alvo de maior atenção na investigação futura sobre o contacto, para que seja possível compreender mais profundamente quais as condições que promovem ou inibem o potencial efeito positivo do contacto inter-étnico na redução do preconceito (Pettigrew e Tropp, 2006, Pettigrew, 2008).

Os resultados do nosso estudo, ao mostrarem uma relação positiva entre o contacto e a expressão do preconceito, vêm reforçar esta necessidade de estudar estes factores negativos que poderão estar a impedir o contacto de alcançar resultados positivos na redução do preconceito.

Outra lacuna da investigação, refere-se à variação dos efeitos do contacto entre maiorias e minorias. Tropp e Pettigrew (2005) afirmam que os investigadores devem dar mais atenção às percepções e experiências que parecem contribuir para a formação das concepções que os membros dos grupos têm acerca das suas relações intergrupais. Assim, de acordo com estes autores, a investigação futura sobre o contacto intergrupar deve considerar de que forma é que as condições da situação de contacto e as perspectivas dos membros dos grupos envolvidos podem, em conjunto, contribuir para predizer os resultados do contacto entre membros tanto das maiorias como das minorias.

No que diz respeito à avaliação dos efeitos do contacto a um nível longitudinal, apesar dos trabalhos que existem, mostrarem uma relação positiva entre o contacto sob condições

óptimas e a redução do preconceito ao longo do tempo (Eller e Abrams, 2003, 2004; Levin et al., 2003; Van Laar et al., 2005; Sherif, 1966, citado por Pettigrew, 2008), sabemos que este tipo de estudos são ainda raros. Na sua meta-análise, Pettigrew e Tropp (2006) referem que mais de 70% da investigação sobre o contacto intergrupar, realizada durante o século XX é constituída por estudos retrospectivos. Assim, os autores apontam a necessidade de mais estudos longitudinais que permitam compreender melhor se estes efeitos se mantêm ao longo do tempo (Pettigrew e Tropp 2006, Pettigrew, 2008).

A investigação recente tem procurado colmatar esta lacuna e vários estudos longitudinais foram realizados (e.g. Vezzali, Giovannin e Capozza, 2010), comprovando a persistência dos efeitos do contacto ao longo do tempo. No entanto, estas investigações continuam a representar uma percentagem muito reduzida dos trabalhos efectuados sobre o contacto intergrupar.

Para terminar, especificamente em contexto português sugerimos a necessidade de mais estudos retrospectivos ou mesmo longitudinais, de forma a clarificar os resultados obtidos com este trabalho no que diz respeito ao efeito do contacto na escola durante a infância na expressão do preconceito ao longo do tempo. Sugerimos, ainda, que esses mesmos estudos incidam de forma mais específica na avaliação da qualidade do contacto (intimidade, duração, intensidade), focando não só os factores positivos desse contacto mas também os factores negativos, como já foi referido.

## 8 Referências

- About, F. (1988). *Children & prejudice*. Oxford: Brasil Blackwell.
- Allport, G. W. (1954). *The nature of prejudice*. Cambridge, Ma: Perseus Books.
- APA (2002). *Ethical principles of psychologists and code of conduct*. Washington, DC: American Psychological Association.
- Byrne, D. (1969). Attitudes and attraction. In L. Berkowitz (Ed.), *Advances in Experimental Social Psychology* (vol.4). Nova Iorque: Academic Press.
- Carvalho, L. R., Mouro, C., & António, J., & Monteiro, M. B. (2002). Crenças dos educadores sobre infância, Aprendizagem e escolarização das crianças em contextos escolares multiétnicos. *Psicologia*, XVI, 323-350.
- Coenders, M., Scheepers, P., Sniderman, & Verberk, G. (2001) Blatant and subtle prejudice: dimensions, determinants, and consequences; some comments on Pettigrew and Meertens, *European Journal of Social Psychology*, 31, 281-297.
- Comissão Europeia (2009), *Discrimination in the EU in 2009, Special Eurobarometer 317*.
- Feddes, A.R., Noack, P., & Rutland, A. (2009). Direct and extended friendship effects on minority and majority children's intergroup attitudes. *Child Development*, 80, 377-390.
- França, D. X., Monteiro, M. B. (2004), A expressão das formas indirectas de racismo na infância. *Análise Psicológica*, 4 (XXII), 705-720.
- Khmelkov, V. T.; Hallinan, M. T.(1999). Organizational effects on race relations in schools, *Journal of Social Issues*, vol.55 no.4, 1999 pp 627-645.
- Maroco, J. (2007). *Análise estatística com utilização do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Meertens e Pettigrew (1997). Is subtle prejudice really prejudice? *Public Opinion Quarterly*, vol.61, 54-71 .
- Monteiro, M. B. (2006). Conflito e negociação entre grupos. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia Social (7ª Ed.)*, 411-450. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Monteiro, M. B., França, D. X. De, Rodrigues, R. (2009). The development of intergroup bias in childhood: How social norms can shape children's racial behaviors. *International Journal of Psychology*, 1-11.
- Pereira, A. S. (2009). *Normas sociais, crenças sobre a natureza da homossexualidade e preconceito contra os homossexuais*. ISCTE –Instituto Universitário de Lisboa.

- Pereira, J. S., Monteiro, M. B. (2006). Expressão do racismo na infância – O efeito da composição étnica da escola. *Actas do Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia*. Universidade de Évora: Associação Portuguesa de Psicologia.
- Pettigrew, T. F., Meertens, R. W. (1995). Subtle and blatant prejudice in Western Europe. *European Journal of Social Psychology*, 25, 57-75.
- Pettigrew, T. (1998). Intergroup contact theory. *Annual Review Psychology*, 49, 65-85.
- Pettigrew, T. & Meertens, R. (2001). In defense of the subtle prejudice concept: A retort. *European Journal of Social Psychology*, 31, 299-309.
- Pettigrew, T., Tropp, L. (2006). A meta-analytic test of intergroup contact theory. *Journal of Personality and Social Psychology*, 90, 751-783.
- Pettigrew, T. (2008). Future directions for intergroup contact theory and research. *International Journal of Intercultural Relations*, 32, 187-199.
- Pettigrew, T., Tropp, L. (2008). How does intergroup contact reduce prejudice? Meta-analytic tests of three mediators. *European Journal of Social Psychology*, 38, 922-934.
- Rodrigues, R. B., Monteiro, M. B., & Rutland, A. (2010). Cada cabeça, duas sentenças: Aprendizagem e activação das normas anti-racista e do favoritismo endogrupal ao longo da Infância e avaliações inter-raciais em crianças brancas de origem lusa. *Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia*. Braga: Universidade do Minho, 3459-3470.
- Rutland, A., Cameron, L., Bennett, L., & Ferrell, J. (2005). Interracial contact and racial constancy: A multi-site study of racial intergroup bias 3-5 years old Anglo-British children. *Applied Developmental Psychology*, 26, 699-713.
- Sinclair, S., Dunn, E., Lowery, B. (2005). The relationship between parental racial attitudes and children`s implicit prejudice. *Journal of Experimental Social Psychology* 41, 283-289.
- Tajfel, H. (1982). *Grupos humanos e categorias sociais*. Vol. 1. Lisboa: Livros Horizonte.
- Tropp, L., Pettigrew T. (2005). Relationships between intergroup contact and prejudice among minority and majority status groups. *American Psychological Society*, 16, 12.
- Vala, J., Brito, R., Lopes, D. (1999). *Expressões dos racismos em Portugal*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.
- Vala, J. (Eds.) (1999). *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas*, Oeiras: Celta Editora.
- Vezzali, L., Giovannini, D. & Capozza, D. (2010). Longitudinal effects of contact on intergroup relations: The role of majority and minority group membership and

intergroup emotions, *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 20, 462–479.

White, F. A., Wootton, B., Man J., Diaz H., Rasiah, J., Swift, E., Wilkinson A., (2009), Adolescent racial prejudice development: The role of friendship quality and interracial contact, *International Journal of Intercultural Relations*, 33, 524-534.

Wood, P. B., Sonleitner, N. (1996). The effect of childhood interracial contact on adult antiblack prejudice, *International Journal of Intercultural Relations* Vol.20, No. 1, 1-17.

## **9 Anexos**

**Anexo 1 - Questionário**

**O questionário que se segue visa conhecer as vossas memórias acerca das escolas que frequentaram e dos locais onde viveram na infância, e o que pensam hoje acerca do sistema educativo, no contexto da sua progressiva diversidade étnica.**

Por favor, para responder indique o seu grau de concordância com as questões, utilizando a escala: **Discordo muito(1) .....discordo(2).....concordo(3).....concordo muito(4)**

**Não há respostas certas ou erradas, apenas a opinião de cada pessoa!**

**A - Memórias da infância**

1. Os meus professores foram, em geral, excelentes..... ( )
3. Acho que alguns professores eram preconceituosos contra os alunos minoritários..... ( )
4. Na escola eu tinha amigos de várias origens..... ( )
5. A minha família dava-se mais com pessoas semelhantes a nós..... ( )
6. A direcção da escola castigava as agressões a crianças mais fracas ou das minorias..... ( )
8. Os meus professores deixavam os alunos mais fracos para trás..... ( )
10. Os professores e os auxiliares fechavam os olhos aos conflitos entre alunos..... ( )
12. Sempre gostei de ir à escola..... ( )

**B - O que eu pensava dos outros em criança**

14. Quando eu era criança achava que os ciganos eram preguiçosos, sujos e agressivos.... ( )
15. Quando eu era criança, achava que os negros eram mais bonitos do que os brancos.... ( )
16. Na escola, em criança, eu achava os rapazes mais estúpidos do que as raparigas..... ( )
17. Em criança eu achava que os africanos só eram bons no desporto e na música ..... ( )
18. Em criança, eu achava que os imigrantes de leste aprendiam muito depressa..... ( )
19. Na escola, em criança, sempre senti orgulho na minha cor da pele..... ( )

**C - Como vejo actualmente a questão educativa no contexto português**

20. Frequentar escolas só com alunos de origem portuguesa pode ter muitas vantagens para a vida futura..... ( )
22. O que pensamos sobre as outras pessoas vai mudando ao longo dos anos..... ( )
23. Conhecer pessoas de outro grupo étnico confirma muitas vezes o que já sabíamos sobre esse grupo..... ( )
24. O sucesso escolar dos estrangeiros depende muito do seu domínio do português..... ( )
25. Normalmente escolhem-se amigos do mesmo grupo social..... ( )
26. A diferença de estatuto social pode ser uma barreira entre as pessoas..... ( )
27. Em geral os imigrantes têm mais filhos do que os portugueses, o que ajuda a manter a dimensão da população nacional..... ( )
28. É mais fácil apreciar pessoas diferentes de nós quando trabalhamos com elas para um mesmo fim..... ( )
29. O aumento da imigração pode pôr em causa os empregos dos portugueses..... ( )

Por favor, indique o seu grau de concordância com as questões, utilizando a escala:  
Discordo muito(1) .....discordo(2).....concordo(3).....concordo muito(4)

30. A escolha dos amigos não vê cores de olhos ou de pele..... ( )
32. Ter menor estatuto social do que os outros dificulta o sucesso..... ( )
33. Deve ser garantido o acesso de membros das minorias étnicas a Deputados nacionais e municipais que representem os seus grupos..... ( )
35. O acesso dos imigrantes a melhores empregos aumentará o sucesso escolar dos seus filhos..... ( )
36. O contacto na escola entre europeus e africanos está associado a maior rivalidade entre ambos..... ( )
38. Os africanos deviam esforçar-se mais por garantir o sucesso escolar dos filhos..... ( )
39. Os portugueses são em geral, simpáticos e tolerantes em relação aos estrangeiros..... ( )
40. Acho que os ciganos e os imigrantes deviam ter um quota de entrada especial nas universidades..... ( )
41. O tempo, em geral, confirma o que pensamos dos outros..... ( )
42. O rendimento escolar dos estrangeiros depende da sua capacidade de adaptação..... ( )
44. Na base do sucesso escolar está o factor inteligência..... ( )
45. A formação de turmas nas escolas deve usar o critério da origem étnica, de modo a juntar alunos com rendimento mais semelhante..... ( )
46. A experiência da infância marca toda a nossa futura maneira de ver o mundo..... ( )
47. Os alunos africanos têm costumes muito diferentes dos alunos portugueses..... ( )
49. O desempenho escolar dos alunos de origem africana será sempre menor do que o de alunos de origem europeia..... ( )
50. As cores de pele diferentes em nada influenciam a vida em sociedade..... ( )
52. A população portuguesa está em risco de perder a sua identidade, à medida que mais famílias imigrantes obtêm a nacionalidade portuguesa..... ( )
54. Cabe aos imigrantes fazerem um esforço de adaptação aos valores e às regras do país que os recebe..... ( )
55. As pessoas têm o direito de evitar que os africanos vivam nos seus bairros..... ( )
56. Admito vir a ter filhos de um casamento misto luso-africano..... ( )

**D. Ditos populares e científicos. Concorda?**

57. O que nos acontece em crianças diz como seremos em adultos..... ( )
59. A capacidade para os estudos já nasce com as crianças..... ( )
60. É a nossa experiência que dita a nossa forma de pensar..... ( )
61. Uma criança difícil, torna-se num adulto difícil..... ( )
63. De pequenino se torce o pepino..... ( )
65. Duas pessoas da mesma raça serão sempre mais semelhantes geneticamente do que duas pessoas de raças diferentes..... ( )
67. É natural rejeitar a teoria evolucionista, porque é pouco plausível que uma espécie se transforme noutra..... ( )

**VIRE A FOLHA, POR FAVOR**

**Informação socio-demográfica: Por favor responda às questões que se seguem em relação às escolas que frequentou, marcando o quadrado que corresponde à sua resposta.**

**Escola de 1º ciclo:** Com alunos de origem portuguesa e de outras origens?

Escola pública?   Escola religiosa?

Percentagem de alunos de minorias na turma: 

0%	≤30%	±50%	>50%
----	------	------	------

Nível socio-económico da maioria dos alunos? alto  médio  baixo

Localização da escola? vila  cidade média  cidade grande

**Escola de 2º/ 3º ciclo:** c/alunos de origem portuguesa e de outras origens?

Escola pública?   Escola religiosa?

Percentagem de alunos de minorias na turma: 

0%	≤30%	±50%	>50%
----	------	------	------

Nível socio-económico da maioria dos alunos? alto  médio  baixo

Localização da escola? vila  cidade média  cidade grande

**Idade:** \_\_\_\_ **Sexo:**   **Naturalidade:** \_\_\_\_\_

**Nacionalidade:** \_\_\_\_\_ **Curso/escola:** \_\_\_\_\_

Escolaridade do pai: \_\_\_\_\_ Escolaridade da mãe: \_\_\_\_\_

Naturalidade do pai: \_\_\_\_\_ Naturalidade da mãe: \_\_\_\_\_

Situação profissional do pai: empregado  desempregado  reformado   
c/negócio próprio  doméstico

Situação profissional da mãe: empregada  desempregada  reformada   
c/negócio próprio  doméstica

**QUER FAZER ALGUM COMENTÁRIO?**

---



---



---

**Data:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/ 2011

**OBRIGADA PELA SUA COLABORAÇÃO**

**Anexo 2 – Pedido de colaboração às escolas**

Para:

C/C:

- **Assunto: Colaboração da Escola (nome da escola), no âmbito do projecto de investigação “Harmonia”, desenvolvido pelo Centro de Investigação e Intervenção Social (CIS) em colaboração com o Departamento de Psicologia Social e das Organizações do ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa.**

Exmo.(a) Sr.(a) Director/a da Escola (nome da Escola)

O Centro de Investigação e Intervenção Social (CIS), do Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE - IUL), em colaboração com o Departamento de Psicologia Social e das Organizações do mesmo Instituto, está a desenvolver, no âmbito do projecto de investigação “Harmonia” financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (Ref.:PTDC/PSI/71271/2006), um conjunto de estudos, para os quais solicita a vossa colaboração. O projecto de investigação “Harmonia”, em cooperação com uma rede de escolas do país, tem como objectivo compreender, na infância e na adolescência, as consequências positivas e negativas da diversidade social na escola.

Os estudos são realizados sob a supervisão da Prof. Doutora Maria Benedicta Monteiro. O presente estudo envolve o preenchimento de inquéritos por questionário de curta duração (média de 15 minutos), em contexto escolar a jovens do 12º Ano de escolas públicas.

Verificado o interesse de integração da vossa escola na rede de instituições que participa neste projecto, teremos naturalmente todo o prazer em apresentar os detalhes da investigação, bem como os objectivos específicos que a orientam. A recolha e tratamento dos dados realiza-se no estrito cumprimento das normas e procedimentos indicados pela Comissão Nacional de Protecção de Dados, e concretizar-se-á apenas após a autorização da escola e dos respectivos encarregados de educação ( em anexo), no caso dos alunos menores.

Entraremos brevemente em contacto com Vossa Excelência. No entanto, caso pretenda obter desde já algum esclarecimento adicional, poderá entrar em contacto com a equipa de investigação, através do endereço de correio electrónico X, para o telefone X (nome do

responsável pela investigação) ou para o número de fax do Departamento de Psicologia Social e das Organizações do ISCTE (X).

Agradecendo antecipadamente a sua disponibilidade para participar neste projecto, enviamos os nossos melhores cumprimentos.

A Coordenadora do Projecto

---

Prof. Doutora Maria Benedicta Monteiro.  
Professora Catedrática do ISCTE  
Investigadora do CIS/ISCTE

**Anexo 3 – Pedido de Autorização aos encarregados de educação**

**PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO**

**Exmo.(a) Sr.(a) Encarregado(a) de Educação,**

A Escola que o seu filho(a) frequenta (**Nome da escola**), está integrada num conjunto de escolas nacionais que participa no projecto “Harmonia” que tem como objectivo analisar a construção de atitudes na adolescência face a vários grupos sociais na escola. Este projecto é realizado no âmbito do Centro de Investigação e Intervenção Social (CIS/ISCTE-IUL), em parceria com o Departamento de Psicologia Social e das Organizações do mesmo Instituto. A Fundação para a Ciência e Tecnologia financia este Projecto de Investigação (Ref.: PTDC/PSI/71271/2006).

Vimos por este meio solicitar-lhe autorização para a participação do seu educando no estudo acima referido, que envolverá o preenchimento de um questionário, cuja duração média é de 15 minutos. Para qualquer esclarecimento adicional, queira, por favor, contactar-nos pelo telefone (xxx) ou para o endereço electrónico (xxx).

Sem outro assunto, subscrevemo-nos, agradecendo desde já a sua amável colaboração.

Com os nossos melhores cumprimentos,

Lisboa, de Dezembro de 2010

A Coordenadora do Projecto

✂-----**(destacar e devolver)**-----

**Declaro que  autorizo /  não-autorizo o meu educando**

\_\_\_\_\_ **a participar no estudo do projecto “Harmonia” acima referido.**

**Assinatura encarregado de educação:** \_\_\_\_\_

**Data:** \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

#### Anexo 4 – Descrição sócio-demográfica da amostra

Descrição Demográfica da amostra								
<b>Sexo</b>	<i>Mínimo</i>	<i>Máximo</i>	<i>Média</i>	<i>DP</i>				
	17	22	17,6	,770				
<b>Sexo</b>	<i>Masculino</i>	<i>Feminino</i>						
<b>N</b>	136	192						
<b>%</b>	41,5%	58,5%						
<b>Curso (Actual)</b>	<i>Científico-Natural</i>	<i>Artes Visuais</i>	<i>Sócio-Económico</i>	<i>Humanidades</i>	<i>Desporto</i>			
<b>N</b>	222	18	16	67	5			
<b>%</b>	67,7%	5,5%	4,9%	20,4%	1,5%			
<b>Escola (Actual)</b>	<i>Leal Câmara</i>	<i>Gama Barros</i>	<i>Stuart Carvalhais</i>	<i>Filipa Lencastre</i>	<i>Mães d'Água</i>	<i>Sacavém</i>	<i>Maria Lamas</i>	<i>Azevedo Neves</i>
<b>N</b>	44	55	65	42	46	11	62	3
<b>%</b>	13,4%	16,8%	19,8%	12,8%	14,0%	3,4%	18,9%	0,9%
<b>Escola 1º Ciclo</b>	<i>Pública</i>	<i>Privada</i>						
<b>N</b>	276	52						
<b>%</b>	84,1%	15,9%						
<b>Escola 2º e 3º Ciclos</b>	<i>Pública</i>	<i>Privada</i>						
<b>N</b>	301	27						
<b>%</b>	91,8%	8,2%						
<b>Escolaridade do pai</b>	<i>Básico (1º ciclo)</i>	<i>Básico (2º ciclo)</i>	<i>Básico (3º ciclo)</i>	<i>Secundário</i>	<i>Licenciatura</i>	<i>Mestrado ou mais</i>		
<b>N</b>	32	36	64	100	64	22		
<b>%</b>	10,1%	11,3%	20,1%	31,4%	20,1%	6,9%		
<b>Escolaridade da mãe</b>	<i>Básico (1º ciclo)</i>	<i>Básico (2º ciclo)</i>	<i>Básico (3º ciclo)</i>	<i>Secundário</i>	<i>Licenciatura</i>	<i>Mestrado ou mais</i>		
<b>N</b>	32	33	50	100	87	0		
<b>%</b>	9,9%	10,2%	15,5%	31,1%	27,0%	6,2%		

<b>Situação profissional do pai</b>	<i>Empregado</i>	<i>Desempregado</i>	<i>Reformado</i>	<i>Negócio próprio</i>	
<b>N</b>	212	15	15	70	
<b>%</b>	67,9%	4,8%	4,8%	22,4%	
<b>Situação profissional da mãe</b>	<i>Empregada</i>	<i>Desempregada</i>	<i>Reformada</i>	<i>Negócio próprio</i>	<i>Doméstica</i>
<b>N</b>	238	20	6	42	17
<b>%</b>	73,7%	6,2%	1,9%	13,0%	5,3%
<b>% Minorias nas turmas (1º ciclo)</b>	<i>0%</i>	<i>≤ a 30%</i>	<i>±50%</i>	<i>&gt;50%</i>	
<b>N</b>	99	202	24	3	
<b>%</b>	30,2%	61,6%	7,3%	,9%	
<b>% Minorias nas turmas (2º e 3º ciclos)</b>	<i>0%</i>	<i>≤ a 30%</i>	<i>± 50%</i>	<i>&gt;50%</i>	
<b>N</b>	69	179	69	11	
<b>%</b>	21,0%	54,6%	21,0%	3,4%	

**Anexo 5 – Amizades com minorias na infância em função do sexo e do nível de escolaridade da mãe**

<i>Sexo do participante</i>	N	<i>Amizade com minorias na infância<sup>a</sup></i>
Masculino	136	3,15 (,812)
Feminino	192	3,13 (,796)

Nota: <sup>a</sup> O primeiro número de cada célula é a média, o segundo número entre parênteses é o desvio padrão.

<i>Nível de escolaridade da mãe</i>	N	<i>Amizade com minorias na infância<sup>a</sup></i>
Até 9º Ano	115	3,23(,795)
Secundário	100	3,09(,842)
Licenciatura ou mais	107	3,07(,780)
Total	322	3,13(,806)

Nota: <sup>a</sup> O primeiro número de cada célula é a média, o segundo número entre parênteses é o desvio padrão.

**Anexo 6 - Contacto com minorias na família em função do sexo e do nível de contacto com minorias**

<i>Sexo do participante</i>	N	<i>Contacto com minorias na família<sup>a</sup></i>
Masculino	136	2,46 (.877)
Feminino	192	2,47 (.898)

Nota: <sup>a</sup> O primeiro número de cada célula é a média, o segundo número entre parênteses é o desvio padrão.

<i>Nível de contacto com minorias na escola</i>	N	<i>Contacto com minorias na família<sup>a</sup></i>
1 (0%)	58	2,71 (.937)
2 ( $\leq 30\%$ )	134	2,43 (.808)
3 ( $\geq 50\%$ )	85	2,53 (.959)
Total	277	2,52 (.887)

Nota: <sup>a</sup> O primeiro número de cada célula é a média, o segundo número entre parênteses é o desvio padrão.

**Anexo 7 – Valores institucionais de igualdade em função das variáveis sexo do participante, escolaridade da mãe e contacto com minorias na escola.**

<i>Sexo do participante</i>	N	<i>Valores institucionais de igualdade<sup>a</sup></i>
Masculino	136	3,03 (,613)
Feminino	192	3,02 (,565)

Nota: <sup>a</sup> O primeiro número de cada célula é a média, o segundo número entre parênteses é o desvio padrão.

<i>Nível de escolaridade da mãe</i>	N	<i>Valores institucionais de igualdade<sup>a</sup></i>
Até 9º Ano	115	3,02(,601)
Secundário	100	2,96(,539)
Licenciatura ou mais	107	3,12(,591)
Total	322	3,03(,581)

Nota: <sup>a</sup> O primeiro número de cada célula é a média, o segundo número entre parênteses é o desvio padrão.

<i>Nível de contacto com minorias na escola</i>	N	<i>Valores institucionais de igualdade<sup>a</sup></i>
1 (0%)	58	3,07 (,608)
2 ( $\leq$ 30%)	134	3,04 (,581)
3 ( $\geq$ 50%)	85	2,95 (,590)
Total	277	3,03 (,589)

Nota: <sup>a</sup> O primeiro número de cada célula é a média, o segundo número entre parênteses é o desvio padrão.

**Anexo 8 – Adesão a estereótipos na infância em função do nível de escolaridade da mãe e nível de contacto com minorias na escola.**

<i>Nível de escolaridade da mãe</i>	N	<i>Estereótipos na infância<sup>a</sup></i>
Até 9º Ano	115	2,820(,564)
Secundário	99	2,939(,574)
Licenciatura ou mais	106	2,918(,608)
Total	320	2,889(,582)

Nota: <sup>a</sup> O primeiro número de cada célula é a média, o segundo número entre parênteses é o desvio padrão.

<i>Nível de contacto com minorias na escola</i>	N	<i>Estereótipos na infância<sup>a</sup></i>
1 (0%)	58	2,89 (,612)
2 ( $\leq 30\%$ )	132	2,97 (,563)
3 ( $\geq 50\%$ )	85	2,81 (,578)
Total	275	2,90 (,580)

Nota: <sup>a</sup> O primeiro número de cada célula é a média, o segundo número entre parênteses é o desvio padrão.

**Anexo 9 – Adesão a estereótipos em adulto em função do sexo do participante e nível de contacto com minorias na escola.**

<i>Sexo do participante</i>	N	<i>Estereótipos em adulto<sup>a</sup></i>
Masculino	136	2,46 (,67394)
Feminino	191	2,44 (,64348)

Nota: <sup>a</sup> O primeiro número de cada célula é a média, o segundo número entre parênteses é o desvio padrão.

<i>Nível de contacto com minorias na escola</i>	N	<i>Estereótipos em adulto<sup>a</sup></i>
1 (0%)	58	2,37 (,616)
2 ( $\leq 30\%$ )	133	2,46 (,678)
3 ( $\geq 50\%$ )	85	2,54 (,632)
Total	276	2,46 (,652)

Nota: <sup>a</sup> O primeiro número de cada célula é a média, o segundo número entre parênteses é o desvio padrão.

## Anexo 10 – Matriz de correlações entre as variáveis

		Preconceito Flagrante	Preconceito Subtil	Níveis contacto na escola	Valores Institucionais de Igualdade	Estereótipos na Infância	Estereótipos em Adulto	4. Na escola eu tinha amigos de várias origens	5. A família dava-se c/ pessoas diferentes	Escolaridade da mãe
<b>Preconceito Flagrante</b>	Pearson Correlation Sig. (2-tailed) N	<b>,284</b> ,000 321	<b>,159*</b> ,008 272	-,057 ,305 322	<b>,140</b> ,012 320	<b>,359</b> ,000 322	-,098 ,080 322	<b>-,114</b> ,042 322	-,040 ,478 316	
<b>Preconceito Subtil</b>	Pearson Correlation Sig. (2-tailed) N		<b>,088</b> ,146 275	<b>-,112</b> ,044 326	<b>,141</b> ,011 324	<b>,044</b> ,429 325	-,054 ,330 326	<b>-,113</b> ,041 326	<b>,097</b> ,082 320	
<b>3 níveis contacto</b>	Pearson Correlation Sig. (2-tailed) N			-,075 ,214 277	-,060 ,318 275	<b>,088</b> ,143 276	<b>,388</b> ,000 277	-,057 ,345 277	-,080 ,191 271	
<b>Valores Institucionais de Igualdade</b>	Pearson Correlation Sig. (2-tailed) N					<b>,171</b> ,002 326	<b>-,155</b> ,005 327	-,034 ,544 328	<b>,055</b> ,323 328	<b>,068</b> ,222 322
<b>Estereótipos na Infância</b>	Pearson Correlation Sig. (2-tailed) N						-,051 ,358 325	-,071 ,200 326	<b>,096</b> ,082 326	<b>,071</b> ,204 320
<b>Estereótipos em adulto</b>	Pearson Correlation Sig. (2-tailed) N							-,003 ,961 327	-,062 ,263 327	<b>-,127</b> ,022 321
<b>4. Na escola eu tinha amigos de várias origens</b>	Pearson Correlation Sig. (2-tailed) N								<b>,079</b> ,151 328	-,083 ,135 322
<b>5. A minha família dava-se com pessoas diferentes de nós</b>	Pearson Correlation Sig. (2-tailed) N									<b>-,119</b> ,033 322